

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO DEPARTAMENTO DE  
CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO  
CURSO DE JORNALISMO

RAÍSSA RIBEIRO DE AVILA

**As falhas na conduta ética dos apresentadores do Jornal Nacional nas  
entrevistas dos presidentes de 2018: Renata Vasconcellos e William  
Bonner em interlocução com Ciro Gomes, Fernando Haddad e Jair Bolsonaro**

PORTO ALEGRE

2021

RAÍSSA RIBEIRO DE AVILA

**As falhas na conduta ética dos apresentadores do Jornal Nacional nas entrevistas dos presidentes de 2018: Renata Vasconcellos e William Bonner em interlocução com Ciro Gomes, Fernando Haddad e Jair Bolsonaro**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Jornalismo.

**Orientador:** Prof. Dr. Sean Aquere Hagen

PORTO ALEGRE

2021

RAÍSSA RIBEIRO DE AVILA

**As falhas na conduta ética dos apresentadores do Jornal Nacional nas entrevistas dos presidentes de 2018: Renata Vasconcellos e William Bonner em interlocução com Ciro Gomes, Fernando Haddad e Jair Bolsonaro**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Jornalismo.

**Orientador:** Prof. Dr. Sean Aquere Hagen

Aprovado em:

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Dr. Sean Aquere Hagen – UFRGS/FABICO  
Orientador

---

Prof. Dr. Basílio Alberto Sartor - UFRGS/FABICO  
Examinador

---

Prof. Dr. Felipe Moura de Oliveira - UFRGS/FABICO  
Examinador

PORTO ALEGRE

2021

Para o Vô Janjão que,  
mesmo sem saber ler e escrever,  
queria que a neta trabalhasse com as letras.

## AGRADECIMENTOS

Essa história começa tão cedo, que eu não me lembro direito quando foi que decidi que um dia seguraria um diploma de jornalista em minhas mãos. Lembro de uma criança comprida e tagarela que adorava brincar colocando um blazer branco com “gola chique”, enquanto sentava em uma escrivaninha (que na verdade era uma bancada de jornal) e fingia ler manchetes (o que hoje sei que se chama escalada). Essa criança cresceu e virou uma adolescente cheia de certezas. Com quinze anos, muito ansiosa, eu já procurava pelo caminho que me ajudaria a estudar na UFRGS. Me lembro daquela felicidade plena de estar realizando um sonho. Dedico esse trabalho a uma Raíssa que tão nova, soube decidir o seu futuro, esse que agora chamo de presente. Tua coragem me fortaleceu a encontrar o norte toda vez que eu pensei que não conseguiria.

Agradeço aos meus pais, Luiz e Miriam, sempre tão dedicados a me incentivar, em muitos momentos deixaram a saudade da filha que foi morar longe escondida para que eu pudesse voar livre e feliz. Foram tantos os momentos em que o colo de vocês me fez falta, mas com a certeza de que um dia eu conquistaria esse sonho por nós, me mantive firme. Obrigada por todo o esforço de vocês para que eu pudesse estudar no lugar onde sempre sonhei. Eu não seria quem sou se não fosse o empenho dos dois. Estendo o agradecimento ao meu padrasto Carlos, que renunciou ao seu próprio sonho para poder realizar o meu. Nenhum agradecimento será suficiente para vocês.

Agradeço a minha amiga-irmã Andrielle. Como vou explicar tudo que tu fizeste por mim? Nunca vou esquecer daquela primeira aula em que uma menina sorridente tirou a bolsa da cadeira para eu me sentar ao lado dela. Depois disso, a gente nunca mais desgrudou. Foi você quem me ensinou a viver em Porto Alegre, foi minha guia turística toda vez que eu precisava ir a um lugar desconhecido. Foi minha dupla em todos os trabalhos. Me consolou todas as vezes que chorei. Compartilhou todas as risadas comigo. Eu te amo amiga. Você é minha luz!

Ao meu amor, Jorge, agradeço a paciência, atenção, carinho e compreensão durante esse momento conturbado que é escrever o TCC. Se não fosse por ti, muitas noites teriam sido mais difíceis. Teu incentivo e cuidado foram fundamentais para que eu pudesse me dedicar ao meu trabalho. Não existe amor mais potente do que aquele que entende o que é importante para o outro e faz daquilo uma

prioridade também para si. Todas aquelas promessas para “depois do TCC”, juro que vou cumprir! Estendo os agradecimentos a minha cunhada Eduarda que se esforçou ao máximo para não fazer barulho enquanto eu escrevia e sempre tinha um abraço carinhoso para quando eu estava cansada. Obrigada, amiga (você é uma amiga!).

Aos meus amigos Ana, Kevin, Jeff, Bibi e Gabi. Agradeço a amizade construída ao longo desses anos de faculdade. Foram tantos momentos bonitos que construímos. Cada história que criamos juntos vai estar sempre no meu coração.

Agradeço ao meu querido orientador, Sean. Tu és aquele professor exigente do coração gigante, um amigo, que soube me conduzir belamente durante essa extensa dança que foi meu TCC. Tive muitas dúvidas, mas nenhuma delas envolvia ter te escolhido para me guiar. Obrigada por tanto. Não seria possível sem você (nem teria graça!).

Por fim, agradeço a UFRGS. É difícil me despedir desse lugar tão mágico. Estudar aqui foi a realização de um sonho. Tenho a certeza de que essa é uma Instituição que muda vidas, transforma pessoas e cria oportunidades para que o mundo mude e seja, pelo menos, um pouquinho melhor. Na UFRGS eu fui feliz.

*“Nunca mais recuarei diante da verdade  
pois quanto mais tardamos a dizê-la,  
mais difícil torna-se aos outros  
ouví-la.”*

**Anne Frank**

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Expressão facial de Bonner ao perguntar sobre proposta de Ciro.....	51
Figura 2 - Bonner questionando se a proposta estava em um “manualzinho”. .....	52
Figura 3 - Bonner questionando se a proposta estava em um “manualzinho”. .....	53
Figura 4 - Expressão facial de Renata ao responder Bolsonaro sobre diferença salarial.....	54
Figura 5 - Bonner e Renata tentam evitar que o candidato mostre material às câmeras.....	55
Figura 6 - Bonner apresenta pouca paciência ao candidato. ....	56
Figura 7 - Bonner e Renata batem boca com Fernando Haddad.....	57



## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Tabela comparativa: tempo total de entrevista por candidato. ....	41
Tabela 2 - Tabela comparativa: número de perguntas por candidato. ....	42
Tabela 3 - Tabela comparativa: temáticas abordadas em cada entrevista. ....	43
Tabela 4 - Tabela comparativa: tempo total de entrevista por candidato. ....	46
Tabela 5 - Tabela comparativa: número de interrupções realizada em cada entrevista.....	49

## LISTA DE SIGLAS

<b>AC</b>	Análise de Conteúdo
<b>IBGE</b>	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
<b>JN</b>	Jornal Nacional
<b>LGBTQIA+</b>	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transsexuais, Queer, Intersexo e Assexual
<b>PDT</b>	Partido Democrático Trabalhista
<b>PT</b>	Partido dos Trabalhadores
<b>PSL</b>	Partido Social Liberal
<b>SPC</b>	Serviço de Proteção ao Crédito
<b>TV</b>	Televisão

## RESUMO

A pesquisa analisa a postura ética dos apresentadores William Bonner e Renata Vasconcellos nas entrevistas do Jornal Nacional com os candidatos Ciro Gomes, Jair Bolsonaro e Fernando Haddad à presidência da República, em 2018. Foram selecionadas três entrevistas veiculadas entre 27 de agosto e 14 de setembro. Foram usados os conceitos de televisão, interação e telespectador-cidadão. Para compreender o jornalismo, a teoria Interacionista e a ética. No campo político, as entrevistas são consideradas uma promessa da efetivação de debate público, e a conduta esperada dos entrevistadores é de negociação com o ator político pelos conteúdos e o domínio das falas. Foi adotada como metodologia a análise de conteúdo, e elencadas seis categorias de análise: a) o tempo total de entrevista; b) o número de perguntas; c) as temáticas abordadas; d) o tempo de resposta de cada candidato; e) o número de interrupções feitas pelos apresentadores; f) a postura, tom de voz e falas dos entrevistadores. Conclui-se que houve uma quebra da conduta ética por parte dos jornalistas quanto ao número de interrupções realizadas, a diversidade de temas abordados e uma diferença de tratamento entre candidatos, além do abuso de autoridade. Entende-se que os apresentadores devem adotar uma postura mais objetiva ao formular as perguntas, além de ampliar a temática das questões, permitindo que o telespectador-cidadão conheça melhor os candidatos à presidência da República.

**Palavras-chaves:** Telejornalismo. Representatividade política. Ética. Análise de Conteúdo. Jornal Nacional.

## **ABSTRACT**

This paper aims to analyze the flaws in the ethical posture of the presenters William Bonner and Renata Vasconcellos in the Jornal Nacional interviews with the candidates Ciro Gomes, Jair Bolsonaro and Fernando Haddad for the presidency of the Republic, in 2018. Three interviews published between August 27 and 14 were selected. of September. The concepts of television, interaction and viewer-citizen were used. To understand journalism, Interactionist theory and ethics. In the political field, interviews are considered a promise of effective public debate, and the expected conduct of interviewers is negotiation with the political actor for the content and mastery of the speeches. Content analysis was adopted as a methodology, and six categories of analysis were listed: a) total interview time; b) the number of questions; c) the themes addressed; d) the response time of each candidate; e) the number of interruptions made by the presenters; f) the posture, tone of voice and speech of the interviewers. It is concluded that there was a break in ethical conduct on the part of journalists regarding the number of interruptions made, the diversity of topics covered and a difference in treatment between candidates, in addition to the abuse of authority. It is understood that presenters should adopt a more objective posture when formulating the questions, in addition to broadening the theme of the questions, allowing the viewer-citizens to get to know the candidates for the presidency of the Republic better.

**Keywords:** Television journalism. Political representation. Ethic. Content analysis. Jornal Nacional.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>12</b>
<b>2</b>	<b>TELEJORNALISMO COMO TEORIA</b> .....	<b>16</b>
2.1	O FUTURO DA TELEVISÃO .....	17
2.2	TEORIAS DO JORNALISMO .....	18
2.3	TEORIA ORGANIZACIONAL .....	20
2.4	TEORIA CONSTRUCIONISTA.....	21
<b>3</b>	<b>ÉTICA, JORNALISMO e REPRESENTATIVIDADE POLÍTICA</b> .....	<b>22</b>
3.1	POLÍTICA E REPRESENTATIVIDADE.....	26
3.2	PARTIDOS POLÍTICOS EM DECADÊNCIA, REPRESENTAÇÃO MUDIÁTICA EM ASCENSÃO .....	28
3.3	POLÍTICA, ENTREVISTA E TELEVISÃO.....	30
3.4	JORNALISMO E ENQUADRAMENTOS POLÍTICOS.....	32
3.5	ENTREVISTA NA BANCADA, POLÍTICOS E ÉTICA .....	33
<b>4</b>	<b>ANÁLISE E OBJETIVO DE PESQUISA</b> .....	<b>35</b>
4.1	JORNAL NACIONAL.....	35
4.2	ENTREVISTAS AO VIVO NA BANCADA.....	36
4.3	ANÁLISE DE CONTEÚDO .....	37
4.4	ANÁLISE .....	39
4.4.1	Tempo total de entrevista.....	39
4.4.2	Número de perguntas .....	41
4.4.3	Temáticas .....	42
4.4.4	Tempo de fala .....	45
4.4.5	Interrupções.....	48
4.4.6	Postura, tom de voz e fala .....	50
<b>5</b>	<b>CONCLUSÃO</b> .....	<b>59</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>64</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Sempre acreditei na famosa frase de Aristóteles que determina: “O homem, por natureza, é um animal político”. A política permeia toda nossa vida e é um poderoso instrumento de revolução, transformação e justiça. Desde criança, criei uma relação de muito interesse com a política. A primeira coisa que fez esse interesse despertar foram as propagandas obrigatórias eleitorais que passavam na televisão um pouco antes do Jornal Nacional (JN). Sei que parece pouco usual uma criança se interessar tanto pelo horário eleitoral quanto pelo JN, mas esses eram os momentos no fim do dia em que eu me sentava na frente da TV junto ao meu pai. Aquele amontoado de gente falando números e nomes de partido me intrigava: o que tanto pedem? Quem eles são? O que realmente querem?

Não demorou muito para que eu entendesse que toda minha vida, mesmo sendo nova, estava sendo definida pela política que o país adotava, e naquela época, o Brasil era um país de promessas. Promessa de uma população sem fome, promessa de acesso universal à educação, promessa de mais postos de trabalho, promessa de entrar para o grupo seletivo de potências mundiais. Sem dúvidas, aquilo tudo me animou de uma maneira avassaladora, tornando a política um dos meus grandes interesses norteadores, junto com a televisão, que assim como para muitos brasileiros nos anos 2000, era minha maior fonte de informação e conexão com o mundo.

Alguns anos depois, nem todas as promessas feitas à população brasileira se cumpriram, mas minha vontade de pesquisar esse campo tão universal, e ao mesmo tempo tão restrito, que é a política, tornou simples a minha escolha de tentar contribuir com os estudos sobre o assunto, assim como a televisão, que em 2017, segundo uma pesquisa do IBOPE<sup>1</sup>, era a fonte de informação sobre o que acontece no país de 90% dos brasileiros, sendo que 63% tinham na TV o principal meio de informação. Como estudante de jornalismo, o interesse pelo JN, o primeiro noticiário transmitido para todo o país, foi natural. O JN é o maior modelo de telejornal que temos na televisão aberta e está presente na vida da maioria da população. No ar

---

<sup>1</sup> IBOPE. TV é o meio preferido de 63% dos brasileiros para se informar, e internet de 26%, diz pesquisa. **IBOPE**. 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/midia-e-marketing/noticia/tv-e-o-meio-preferido-por-63-dos-brasileiros-para-se-informar-e-internet-por-26-diz-pesquisa.ghtml>. Acesso em: 15 out. 2021.

desde 1969, foi a principal fonte de informação dos brasileiros em diversos acontecimentos nacionais e internacionais marcantes. Mesmo com o aumento do acesso à internet, o noticiário se mantém relevante no cenário nacional e é, portanto, um instrumento rico para estudos comunicacionais.

Minha escolha em avaliar as entrevistas do JN com os candidatos à presidência da República de 2018 foi uma ideia antiga. Desde a época que foram ao ar, percebi que o material seria um bom objeto de pesquisa. Além disso, é uma união de dois assuntos que me são muito caros. A avalanche de questionamentos sobre a conduta ética dos apresentadores William Bonner e Renata Vasconcellos em um dos momentos mais tensos e decisivos da política brasileira ajudaram a delimitar o problema de pesquisa a ser estudado durante essa monografia: como as falhas na postura ética dos apresentadores do Jornal Nacional influenciaram se refletiram nas entrevistas dos candidatos à presidência em 2018? Esse problema surge, antes de tudo, de uma constatação empírica: assistindo com a família as entrevistas, ficamos perplexos com as mudanças de comportamento dos apresentadores frente a cada candidato, algo que suponho ter acontecido em milhares de casa pelo país. Cornu (1998) ressalta que a mídia ocupa um lugar muito importante na vida do homem moderno, e que essa interação não é passiva.

Se as questões relativas à ética da informação interessam primordialmente a seus principais personagens, os jornalistas e dirigentes dos meios de comunicação, não deixam de ter importância também para o público. Este inquieta-se pelas disfunções, erros, deslizos e faltas que lhe parecem incompatíveis com a sua concepção, ou suas concepções, a respeito do papel da mídia na sociedade (CORNU, 1998, p. 7)

Dividindo essa inquietação com Cornu, defini que o objetivo geral é analisar as falhas na postura ética dos apresentadores na condução das entrevistas. Os objetivos específicos são: a) entender o poder de representatividade do jornalismo no cenário político nacional; b) analisar a ação dos jornalistas nesse tipo de entrevista política; c) mapear os conceitos de ética jornalística; d) delimitar o conceito de representatividade política.

Seis categorias de análise foram estabelecidas para cumprir esses objetivos:

- a) o tempo total de entrevista;
- b) o número de perguntas;
- c) as temáticas abordadas;
- d) o tempo de resposta de cada candidato;

- e) o número de interrupções feitas pelos apresentadores;
- f) a postura, tom de voz e falas dos entrevistadores.

Para delimitar o *corpus* da pesquisa, e aprofundar a análise, das cinco entrevistas feitas pelo JN, com um tempo aproximado de 27 minutos cada, escolhi as que traziam os três primeiros colocados nas pesquisas de intenção de voto: Ciro Gomes, Jair Bolsonaro e Fernando Haddad. O critério da pesquisa de intenção de voto foi o mesmo utilizado pelo JN para definir quais candidatos seriam entrevistados. A análise do material que envolve estes sujeitos políticos ganha importância porque é formado por políticos de forte expressão no cenário nacional.

Outros pesquisadores já haviam se dedicado a estudar as entrevistas do JN com os candidatos à Presidência da República. Durante a pesquisa exploratória, o contato com os estudos de Wilson Gomes (2012), Luis Felipe Miguel e Flávia Biroli (2010), Fernanda Cavassana de Carvalho (2015) e José Tarcísio Silva Oliveira Filho (2019) deram substância para que esta pesquisa fosse desenvolvida com a certeza de que o objeto de estudo é relevante, pertinente e que pode produzir boas reflexões para o campo comunicacional e político. A leitura destes autores também ajudou a nortear a estruturação de quais pontos seriam interessantes e relevantes para análise, além de enriquecer a bibliografia e referências que foram utilizadas.

Esta monografia foi estruturada nos conceitos de televisão quanto agente da democracia (CHARAUDEAU, 2016), veículo de cultura e informação (RUIVO, 2004) e como instrumento de informação, distração e educação (WOLTON, 2010).

As leituras sobre teorias do jornalismo complementam os estudos para dar a camada de complexidade necessária à construção das notícias no telejornalismo e da credibilidade. Esta pesquisa toma como base a Teoria Interacionista (TRAQUINA, 2004), e entende as notícias como uma construção coletiva, e não uma reprodução fiel da realidade. Os conceitos associados à ética através da contribuição de Bucci (2000), Cornu (1994) e Sandel (2016), ajudarão a dar o embasamento teórico necessário para a análise das entrevistas.

Partindo da introdução, o segundo capítulo é dedicado em entender as relações da América Latina com a televisão e sua abrangência no âmbito nacional, como instrumento de informação e entretenimento. Também aborda algumas das teorias do jornalismo para entender os conceitos de credibilidade e construção da notícia. No terceiro capítulo, aspectos éticos que envolvem o jornalismo são apresentados, aprofundando conceitos que definem o comportamento profissional.



Em seguida, uma breve recuperação sobre a história política do Brasil, ajuda a introduzir a parte dedicada a política, representatividade, democracia, além de suas relações com o campo da comunicação e a televisão. Também apresento a relação entre jornalismo, entrevista e agentes políticos.

O quarto capítulo é dedicado a metodologia, corpus e análise. Após o aprofundamento teórico necessário para realizar a análise do objeto em estudo, faço uma Análise de Conteúdo (AC) fundamentada nas contribuições de Bardin (1977) e Bauer (2004). A análise trabalha com seis categorias.

No último capítulo, retomo alguns conceitos teóricos apresentados durante a pesquisa e apresento as conclusões após a sistematização e análise dos materiais, tensionando os principais momentos que ajudaram a responder onde houve a quebra da ética dos jornalistas do JN na condução das entrevistas.

Por fim, o trabalho traz o referencial teórico utilizado para embasar a pesquisa.

## 2 TELEJORNALISMO COMO TEORIA

No Brasil, a televisão não só define o ponto central de qualquer sala de estar, como é o alicerce da comunicação nacional, aos moldes da América Latina, como define Melo (2000) “caracterizada pelos cruzamentos de tradições européias, heranças meso-sul-americanas (pré e pós-colombianas), costumes africanos, inovações de modernas matrizes norte-americanas (...), essas teorias eram reflexões críticas e ao mesmo tempo ancoradas em postulados pragmáticos”. Posicionada para abranger mais de um cômodo da casa, a TV é a fonte de informação para a maioria dos brasileiros. Segundo o IBGE (2018)<sup>2</sup>, 70% dos brasileiros tiveram acesso à internet em 2018, sendo que apenas 48% são das classes D e E; na área rural, a conexão abrangeu 49% da população. Mas essa pesquisa pode enganar: significa que, em algum momento, em um período de um ano, a pessoa esteve conectada, não que o acesso foi contínuo. A mesma pesquisa mostra, no entanto, que o número de *smart* TVs aumentou para 30% nos lares brasileiros. Em contrapartida, o número de computadores de mesa diminuiu. Nesse sentido, a TV fica com o importante papel de catalisador das massas, sendo o local em que “se retira uma variedade de mensagens e normas sobre os papéis paternos e pedagógicos” (OROZCO; MILLER, 2018) algo que a internet, com suas infinitas bolhas, falha em concretizar:

[...] as mídias de massa continuam com sua função de reunir milhões de pessoas com interesses diversos. É um desafio democrático que a internet não tem [devido ao alto preço para acessar e a baixa qualidade e distribuição em todas as regiões do país]. E, quanto maior o número de internautas, mais a web terá que confrontar as mesmas questões dos veículos generalistas, como adicionar, num mesmo grupo heterogêneo, comunidades distintas (WOLTON, 2014).

O contexto da América Latina se torna ainda mais singular quando falamos da relação com a TV. A rotina das famílias latino-americanas integrou a programação dos canais de forma ritualística, buscando no entretenimento e na informação uma espécie de alento para a difícil realidade cotidiana. As novelas e programas de entretenimento são parte da agenda cultural dos latinos. Neste sentido, a televisão se torna democrática e universal já que a “entendemos como um

---

<sup>2</sup> IBGE. **Uso da internet no Brasil cresce, e 70% da população está conectada.** 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/tecnologia/noticia/2019/08/28/uso-da-internet-no-brasil-cresce-e-70percent-da-populacao-esta-conectada.ghtml>. Acesso em: 20 set. 2021.

veículo de cultura que faz chegar até nós informações que de outra forma não chegariam” (RUIVO, 2004). A TV, no entanto, não fornece uma programação muito diferente para quem assiste o “canal X”, no Rio de Janeiro, e para quem assiste o mesmo “canal X” no Rio Grande do Sul. A programação é praticamente a mesma<sup>3</sup>. Uma fatia da população, 30,4%, segundo IBGE (2019), possui serviços de TV por assinatura; mesmo assim, a programação é a mesma nos diferentes pontos em que é consumida. Isso não quer dizer, no entanto, que a televisão faz o que quiser com os telespectadores: “Ao entrar no século XXI, é o espectador que passa marcar o encontro com a televisão. É ele que dita e escolhe aquilo que quer ver” (RUIVO, 2004). É preciso acreditar, como Wolton (2007), no livre arbítrio do telespectador. O receptor não é um ser único, mas constituído por diversos grupos, cuja identidade varia (CHARAUDEAU, 2016) e nesse contexto, a televisão mantém um espaço de discussão aberto, que colabora com a manutenção da democracia, criando laços sociais.

## 2.1 O FUTURO DA TELEVISÃO

Ainda assim, alguns autores como Sartori (2001) e Pierre Bourdieu (1997) questionam se a TV chegou ao fim, ou se, ao menos, está próxima dele. Os motivos passam pelo questionamento de que o aparelho é capaz de se sustentar na era digital: criticam uma “relativa dependência, [e] a sua tendência e gosto excessivo pelo espetáculo (...) e desprezo pela cultura” (RUIVO, 2004). A televisão vem se reinventando e segue atual. Como objeto físico para receber a mídia, o que muda é a forma de consumirmos a TV: o aparelho tradicional é propício para o uso compartilhado e garante uma experiência conjunta, assim como o *smartphone* é propício para o uso individual e entrega uma experiência intimista. Assim como Miller (2009), concordo que a internet é “mais uma forma de enviar e receber televisão”:

O alcance da televisão está aumentando, a sua flexibilidade está se desenvolvendo, a sua popularidade está crescendo; e a sua capacidade de influenciar e incorporar mídias mais antigas e mais novas é indiscutível. A TV não está morta, ela está mudando (MILLER, 2009, p.24).

---

<sup>3</sup> Grosso modo, tomo por base as emissões de uma cabeça de rede, como a Globo, com os poucos espaços destinados à programação local de suas afiliadas. Praticamente a totalidade da programação é produzida em um único ponto do país e gerada para todas as diferentes regiões, influenciando uma maneira de ser e ver o mundo.

Pelo senso comum, repete-se a ideia de que a TV, o telejornalismo e os demais produtos vinculados a ela são “vazios”, um “desperdício de tempo”, um mero entretenimento. Wolton (2010) rebate esse axioma destacando que a TV cumpre sua função de informar, distrair e educar, mesmo não ganhando o devido crédito. O autor afirma que a TV entrega ferramentas para que o indivíduo enxergue a coletividade e realidades diferentes da qual está inserido, oferecendo uma experiência em grupo. Este é um dos fatores que torna a televisão tão importante, principalmente no Brasil. O país continental é unido através do que passa pela telinha: as novelas, por exemplo, são grandes unificadores, e no campo da informação, o Jornal Nacional seria a representação desta unidade. Referência em credibilidade, o noticiário entrega notícias de diferentes regiões do Brasil com uma narrativa que busca ser uma representação da sociedade<sup>4</sup>. Esse recurso, segundo Bucci (1997), é uma forma de prender e fidelizar o telespectador.

## 2.2 TEORIAS DO JORNALISMO

É importante entender a construção do jornalismo como profissão, as percepções da sociedade sobre a função da imprensa e do jornalista, bem como o desenvolvimento das teorias que levam ao modelo moderno de como informar e exercer a prática de apuração e elaboração das notícias.

No século XVIII, a imprensa dava seus primeiros passos na consolidação de um modelo que só foi inteiramente desenvolvido a partir do século XIX, através da *penny press* (1830-1840) que, segundo Traquina (2004) possibilitou o surgimento do conceito “novo jornalismo”. O novo jornalismo permitiu a diferenciação entre jornalismo de opinião e jornalismo de informação (Traquina, 2004, p.63), já que a principal fonte de financiamento passou a ser a publicidade, e não recursos de partidos políticos. A partir deste momento o jornalismo se tornou um serviço público em que os jornalistas tinham a missão de dar informações suficientes para que a opinião pública tirasse suas conclusões sobre os governantes e políticos. Com o amadurecimento do papel do jornalismo e do jornalista, em 1828 o termo “quarto poder” foi forjado por um deputado do parlamento inglês na tentativa de explicar o

---

<sup>4</sup> A credibilidade do Jornal Nacional e do jornalismo é contestada diariamente por diferentes agentes sociais e políticos. Isso não tira, no entanto, o lugar central que o telejornal ocupa: tanto para contestar quanto para confiar, continua sendo um referencial que embasa as discussões. E é essa referencialidade que assegura a importância do JN no campo social e político brasileiro.

papel da imprensa no sistema democrático daquela época (TRAQUINA, 2004, p.46). Seu papel seria, primeiro, de guardião dos cidadãos para protegê-los do abuso de poder e, segundo, fornecer equipamentos para que os cidadãos pudessem exigir seus direitos. O modelo do novo jornalismo inseriu nas práticas jornalísticas as entrevistas, amadureceu o conceito da profissão e aumentou o número de profissionais que se dedicavam exclusivamente ao ramo (TRAQUINA, 2004, p. 63).

A noção de como se constrói uma notícia também passa pela definição do profissional que a medeia: o jornalista. Schudson (1983) alertou que o jornalismo era uma profissão pouco prestigiada já no início do século XX. Com a evolução e consolidação da profissão, que passou pela luta em padronizar condições de trabalho, estabelecer códigos deontológicos, tornar a atividade remunerada e não acessória – não ser apenas um trabalho extra ou complemento de renda, mas uma profissão de dedicação exclusiva –, além da inserção do jornalismo como uma ciência, com fundamentos científicos de um campo em cursos universitários, a percepção sobre o que faz o jornalista mudou de um “hobby” de advogados ou literatos, para uma prática consolidada, que permitia um status social um pouco melhor.

A partir deste rompimento, a romantização do papel de jornalistas em filmes, livros e peças de teatro passou a validar uma nova visão sobre o papel do jornalista e de como ele constrói a notícia:

Não é esta a ocasião de desenvolver como, por diversos meios, incluindo o cinema, o ethos jornalístico tem sido divulgado até se tornar um mito poderoso que consegue atrair todos os anos inúmeros e talentosos jovens aos cursos universitários em comunicação e jornalismo. Mas, a título de exemplo, no filme *O Homem que Matou Liberty Valence*, de John Ford, de 1962, aparentemente uma simples cowboiada situada no oeste americano no século XIX, podemos encontrar mais uma propagação da mitologia jornalística (TRAQUINA, 2004, p. 129).

O mito, citado por Traquina, é de que o jornalista é “guardião da democracia em emergência” (TRAQUINA, 2004, p.132). O jornalista é um “líder”, porta-voz da opinião pública, situado em oposição ao poder repressivo (autônomo inclusive das vontades editoriais do jornal em que trabalha), construindo, então, o que Traquina chama de “o triângulo”, situando o poder no topo e o jornalismo e opinião pública lado a lado, nas bases.

A prática, contudo, pouco se parece com o que os filmes constroem do jornalismo e com a ideia de alguns estudiosos como Kimball<sup>5</sup> (1963, *apud* Traquina) e Elliott<sup>6</sup> (1972 *apud* Traquina) de que o jornalismo é, respectivamente, uma vocação ou orientação missionária. Para entender o ethos é preciso se aprofundar em algumas teorias do jornalismo que discutem outros fatores que são decisivos na construção das notícias, como a relação entre colegas na redação, a relação entre jornalistas de diferentes empresas, a relação do repórter e seus superiores e do jornalista e suas fontes.

### 2.3 TEORIA ORGANIZACIONAL

A teoria organizacional foi desenvolvida por Warren Breed nos anos de 1980 e insere o jornalista na organização em que trabalha (Breed *apud* Traquina<sup>7</sup>). A cultura organizacional tem mais peso do que a cultura profissional, o que leva em consideração a socialização entre jornalistas e o respeito às decisões editoriais da empresa, diretamente ligadas ao respeito com editores mais antigos e influentes. A política editorial, segundo o autor, é aprendida “por osmose”.

Assim, segundo a teoria organizacional, as notícias são o resultado de processos de interação social que têm lugar dentro da empresa jornalística. O jornalista sabe que o seu trabalho vai passar por uma cadeia organizacional em que os seus superiores hierárquicos e os seus assistentes têm certos poderes e meios de controle. O jornalista tem que se antecipar às expectativas dos seus superiores para evitar retoques dos seus textos (trabalho suplementar para a organização) e as reprimendas – dois meios que fazem parte do sistema de controle e que podem ter efeitos sobre a manutenção ou não do seu lugar (...) (TRAQUINA, 2004, p.157).

Outros fatores, como o status do jornalista, podem contribuir com a publicação ou não de um tema sugerido que, de alguma maneira, não faz parte da agenda editorial da empresa. O principal fator destacado é o econômico, que se mostra decisivo quando a pergunta é “por que as notícias são como são”. A produção de notícias acaba sendo afetada pela repartição de recursos da empresa, o que acarreta decisões editoriais. Traquina argumenta que a “dimensão econômica

---

<sup>5</sup> KIMBALL, P. Journalism: Art, Craft or Profession? In: LYNN, K. C. **The Professions in America**. Boston: Beacon, 1963.

<sup>6</sup> ELLIOTT, P. **The Sociology of the Professions**. New York: Herder & Herder, 1972.

<sup>7</sup> BREED, W. **Social Control in Newsroom: A Functional Analysis**. Carolina do Norte: Social Forces, vol. 33, n. 4. 1955.

poderá igualmente enfatizar a dinâmica da concorrência entre as empresas jornalísticas, nomeadamente na luta pelo furo jornalístico.” (TRAQUINA, 2004, p.161)

Por fim, o tamanho das empresas também acaba por afetar a definição do quadro de notícias, sendo as empresas pequenas mais flexíveis, enquanto as empresas maiores apresentam uma centralização maior da decisão e, portanto, são mais rígidas.

#### 2.4 TEORIA CONSTRUCIONISTA

A teoria construcionista, que ganhou força nos anos 1970 e foca na compreensão da dimensão cultural das notícias. Essa teoria entende que as notícias não emergem naturalmente dos acontecimentos, mas que são o produto final de uma visão de mundo, em que os enquadramentos utilizados pelos jornalistas apontam para onde olhar, e que a típica narrativa jornalística ratifica (TRAQUINA, 2004). Aqui, a teoria do espelho é fortemente rejeitada, principalmente por entender que são as notícias que ajudam a escrever a realidade, e não o contrário. Outro fator levantado é a impossibilidade de a linguagem funcionar como “transmissora direta do significado inerente aos acontecimentos, por que a linguagem neutral é impossível.” (TRAQUINA, 2004, p.169). Apesar disso, segundo a teoria, considerar as notícias como narrativas não desagrega valor ao fato de que elas podem continuar correspondendo à realidade e cumprindo o papel de informar

Fatores como a escolha de um enfoque, a preferência por um ponto de vista e a necessidade de selecionar demonstram como a notícia pode construir a realidade. Isso não significa, no entanto que a o jornalista é livre nas suas escolhas. Orientado pelos critérios de noticiabilidade e o interesse público, ancora-se na ética para processar os fatos e resguardar a realidade com a qual se depara, indo além de suas convicções e experiências prévias.

A ética, pertinente ao comportamento de qualquer profissional, parece moralmente mais pesada no ombro dos jornalistas, visto que o compromisso com a verdade é um preceito básico na profissão por conta do contrato de credibilidade que fica subentendido entre o jornalismo e a sociedade.

### 3 ÉTICA, JORNALISMO E REPRESENTATIVIDADE POLÍTICA

Para entender melhor as aplicações éticas ao fazer jornalístico, é preciso aprofundar alguns conceitos que definem filosoficamente o comportamento e a obrigatoriedade moral.

Para Sandel (2016), o agir moralmente de Kant se fundamenta “exclusivamente na razão.” Analisar a conduta moral e ética é algo que pode ser subjetivo, já que ela não teria relação com a felicidade ou com a finalidade do ato em si. A fundamentação do agir moral estaria no “respeito às pessoas como fins em si mesmas.” (SANDEL, p. 137, 2016). Seguindo o imperativo categórico de Kant, ao conduzir uma entrevista como as realizadas pelo Jornal Nacional durante o processo eleitoral, o apresentador deve fundamentar a ética do seu trabalho visando a melhor maneira de informar o público, e não na melhor *performance* ou na blindagem da reputação do entrevistador. Se assim o fizesse, o jornalista estaria buscando agir moralmente pelos motivos errados e isso, para Kant, não configuraria uma ação moral, já que as consequências estariam pautando sua atitude. Esse pensamento está em concordância com os fundamentos do Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros (CÓDIGO, 2007), assinado pela Federação Nacional dos Jornalistas. O Artigo 1º do documento diz que “o Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros tem como base o direito fundamental do cidadão à informação, que abrange direito de informar, de ser informado e de ter acesso à informação”.

Para Sandel (2016), a ética de Aristóteles está fundamentada na busca pessoal de um “ser virtuoso” e a virtude seria a finalidade que devemos perseguir. Esse conceito está ligado diretamente com a “justa medida”. Para encontrar a justiça, é preciso entender os direitos, e para defini-los, é preciso delimitar a finalidade de uma ação. A ética teleológica de Aristóteles nos informa que para buscar justiça e classificar uma ação como ética ou não, é necessário delimitar o *télos*:

As discussões sobre justiça e direitos com frequência são discussões sobre o propósito, ou o *télos*, de uma instituição social, o que por sua vez, reflete noções conflitantes a respeito das virtudes que a instituição deveria valorizar e recompensar.” (SANDEL, 2016, p. 137).

Essa é uma discussão que nem sempre tem uma resposta exata: O que é certo ou errado? Onde fica a conduta correta dos profissionais de jornalismo? Eles



não deveriam evitar os erros ou não tomar decisões equivocadas? Não existe reparo?

Quando se assume o desafio de fazer algo novo no telejornalismo brasileiro, é difícil ter parâmetros para definir o que é certo, errado. É o caso das entrevistas eleitorais do Jornal Nacional. O telejornal começou a promover entrevistas ao vivo com os candidatos à presidência em 2002, sendo o primeiro a realizar esse tipo de prática. Apesar de jornais internacionais já terem executado um modelo parecido, os jornalistas daqui tiveram o desafio de adaptar o formato ao gosto do brasileiro.

Mesmo os eventos mais fundamentais da democracia, de uma escolha de prefeitos ao processo de impeachment de um presidente, adquirem visibilidade à medida que se convertem em shows na mídia. As eleições despertam coberturas espetaculares, como se fossem cerimônias de abertura de jogos olímpicos. Os jornalistas não estão fora disso. Ao contrário, quase sempre trabalham para promover a aproximação entre o público e o show: eles mesmos são animadores do show. (BUCCI, 2000, p. 193)<sup>8</sup>

Nesse cenário, as perguntas elaboradas pelos jornalistas ganham destaque. Boyce (1978, p.21) definia a imprensa como elo indispensável entre a opinião pública e as instituições governantes. Daniel Cornu (1994, p.178) destaca o papel da imprensa na liberdade política como difusora de informações, mas também pelas opiniões e críticas que emite. O autor destaca que “a grande imprensa vê-se repetidamente obrigada a respeitar uma neutralidade ajustada às suas ambições mercantis” (CORNU, 1994, p.182), mas é importante salientar que esta neutralidade não existe, e este mito ético da profissão deve ser combatido: “O jornalista nunca é isento, neutro e equânime, mas sempre é um militante. O jornalista é democrata por definição — pelos próprios pressupostos institucionais que alicerçam o ofício. (BUCCI, 2000, p.49)

A ética dentro do jornalismo está presente nos estatutos da profissão e nos manuais da maioria das empresas de comunicação, mas é pouco debatida nos ambientes de trabalho. Muitos jornalistas presumem que são detentores de um pacto em que não é necessário dar explicações aos leitores e telespectadores sobre a autenticidade e veracidade das informações. Para Bucci, este comportamento faz

---

<sup>8</sup> É preciso relativizar o olhar excessivamente crítico e pessimista de Bucci sobre a finalidade da TV e do telejornalismo: não é preciso ser um show para ter visibilidade, mas para garantir a discussão sobre alguns assuntos hard news, como política, é preciso fazer uma narrativa interessante. Saber entreter faz parte da boa oratória, algo fundamental para estabelecer a relação entre o narrador e a audiência.

parte da “tradição da cultura política brasileira”: “O não falar da ética parece querer exprimir uma atitude de autonomia perante esferas externas, como a do poder e a dos negócios, mas no seu fundamento essa pretensa autonomia é apenas arrogância.” (BUCCI, 2000, p.39).

O Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros (CÓDIGO, 2007) estabelece alguns parâmetros que são fundamentais para assegurar a ética da profissão. O documento destina seu segundo capítulo inteiramente sobre a conduta profissional do jornalista e assegura que “o compromisso fundamental do jornalista é com a verdade no relato dos fatos, razão pela qual ele deve pautar seu trabalho pela precisa apuração e pela sua correta divulgação”. O documento também afirma que é responsabilidade dos jornalistas “defender os direitos do cidadão, contribuindo para a promoção das garantias individuais e coletivas, em especial as das crianças, dos adolescentes, das mulheres, dos idosos, dos negros e das minorias”.

Mais do que um documento de diretrizes, o Código de Ética da profissão garante que “as transgressões serão apuradas, apreciadas e julgadas pelas comissões de ética dos sindicatos e, em segunda instância, pela Comissão Nacional de Ética”.

O saber jornalístico se apropria da ética, mas não debate o assunto, nem internamente, nem com o público. Uma lista de certo e errado, certamente não dá conta de todos os dilemas éticos que um jornalista enfrenta, mas Bucci defende que o jornalismo, acima de tudo, não é uma técnica, mas é (e deve ser) uma práxis ética e por isso, “é no público que a ética jornalística adquire sua melhor consistência, é aí que ela encontra seu fundamento”. É importante entender que, ao debater a ética aplicada ao jornalismo, se busca combater não apenas falhas dos jornalistas e apresentadores, mas combater um problema estrutural e sistêmico das empresas de comunicação e da sociedade como um todo. A ética não pode ser vista apenas como um adjetivo ou sinônimo para a palavra “honesto”. Deve ser a base da conduta do profissional, que precisa encontrar no público a finalidade de seu trabalho. É claro que essa responsabilidade não é e nem deve ser apenas do jornalista. As empresas, o jornalismo e o governo devem estar alinhados com este compromisso, já que a construção da informação passa por todos eles.

Seguindo nesta linha, é importante que a ética do jornalista não esteja alinhada somente com os valores da empresa. Primeiro porque ela deve ser de formação, a base do *télos* da profissão. Segundo, porque ser fiel aos interesses do

patrão representa desviar o foco sobre a finalidade do trabalho jornalístico. “Os que vestem a camisa do chefe anulam voluntariamente sua visão crítica em nome do cargo, do salário, da ambição ou do medo, e assumem para si os valores, as convicções, e os preconceitos de quem está no comando.” (BUCCI, 2000, p. 98)

Tanto Cornu (1994), quanto Bucci (2000) chegam a um denominador comum para minimizar o erro e encontrar a forma que mais se adequa as práticas do jornalismo para balancear os efeitos éticos provocados por esta profissão: o compromisso com o público.

Seguindo os interesses do telespectador, o jornalismo fundamenta seus preceitos no interesse genuíno pela informação. Importante ressaltar que isso não a torna neutra, mas ajuda a deixar de lado as convicções, crenças e preferências pessoais e empresariais.

Ao tomar essa decisão, o jornalista se mostra digno de receber credibilidade, o que Bucci (2000) argumenta ser um valor pessoal do profissional, que se desloca com ele, independentemente do local em que o jornalista trabalha. O pacto entre o público e o jornalista pela credibilidade exclui da equação o interesse pela espetacularização e o entretenimento<sup>9</sup>. Essa confusão acontece principalmente por que o jornalismo também está inserido em conglomerados de mídia que têm em seu espectro o entretenimento, e essa divisão é crucial, já que o papel da imprensa é “noticiar e interpretar os fatos, assim como dar espaço às ideias e aos debates de interesse público” (BUCCI, 2000, p.186).

A ética protege o jornalismo, que está a serviço da democracia. O compromisso com os valores democráticos desenha o limite: a profissão não precisa estar a serviço do humor do público. Apesar de ter um compromisso com o telespectador, o jornalista não pode confundir níveis de audiência com legitimidade. É perigoso confundir o “estar a serviço do bem público” com “fazer o que o público quer”. O jornalismo não pode dar ao público apenas o que ele gosta, é preciso dar todas as informações que ajudam a construir a cidadania, empoderando cidadãos

---

<sup>9</sup> É preciso ressaltar que mesmo não guardando nenhuma correlação com programas de entretenimento, o jornalismo, quando inserido dentro da TV, precisa usar da linguagem intrínseca à essa mídia: o entretenimento. Negar essa característica seria negar a narrativa por excelência da TV e não estabelecer a comunicação. O contrato como telespectador se faz primeiro com a televisão e só depois como o jornalismo. Então, o entretenimento no jornalismo está ligado à maneira de narrar de forma interessante usando a linguagem adequada, com imagens, sons e toda a gama de expressões que estabelecem a comunicação e fidelizam o público.

livres e pensantes. Seguindo esse objetivo, o jornalista fica em um lugar mais seguro quanto à liberdade de imprensa e objetividade do produto jornalístico:

Numa problemática ampla sobre a liberdade de imprensa e o espaço público, a nova noção de direito à informação tem por efeito deslocar as ponderações dos emissores para o público. Ao mesmo tempo, leva a que se valorize o papel dos media e mais ainda dos jornalistas, os quais autoriza que se refiram a ela, se preciso for contra as diretivas gerais ou particulares dos próprios media. (CORNU, 1994, p. 202).

### 3.1 POLÍTICA E REPRESENTATIVIDADE

Para melhor entender esta pesquisa é importante passar por alguns conceitos referentes à história política do país, as noções de democracia, a delimitação sobre o que é ser cidadão, além da cultura em torno das eleições.

A democracia no Brasil pode ser considerada recente, tendo sua implementação interrompida em vários momentos da história. Resumidamente, começou nos anos 30, mas foi interrompida em 1934 com Getúlio Vargas no poder. Em 1945 foi brevemente restabelecida até o ano de 1964, quando foi instaurada a ditadura através do golpe militar, que durou 20 anos. O processo de redemocratização passou por movimentos como “Diretas Já”, que reivindicava a escolha do presidente da república por eleições diretas, em 1984. Em 1988, a criação da “Constituição cidadã” permitiu que em 1989 se escolhesse o presidente por eleições diretas. Fernando Collor venceu nas urnas, mas foi afastado do poder em 1992 por conta de envolvimento em processos de corrupção e fraude financeira. A estabilidade dos pleitos foi de 1995, quando Fernando Henrique Cardoso foi eleito, até 2014, quando Dilma Rousseff foi reeleita presidente da república. Em 2016, o Congresso e o Senado decidiram pelo impeachment de Dilma, que gerou uma nova onda de instabilidade, já que houve a interrupção do mandato da presidente.

Desde então, os processos democráticos que envolvem eleições diretas e a estabilidade da república vem sofrendo ataques, como o recente projeto de lei que propôs o voto impresso no lugar da urna eletrônica<sup>10</sup>, além de incontáveis

---

<sup>10</sup> O plenário da Câmara dos Deputados rejeitou em 10 de agosto de 2021, por 229 votos favoráveis, 218 contrários e uma abstenção, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 135/19, que tornaria obrigatório o voto impresso. Para que fosse aprovada, a PEC precisava de, no mínimo, 308 votos em dois turnos de votação. A matéria foi arquivada.

manifestações<sup>11</sup> que começaram ainda em 2013, sem coordenação partidária e convocadas pela internet, inicialmente pelo aumento da passagem do transporte público em São Paulo, mas acabou se espalhando pelo Brasil como uma demonstração de insatisfação geral com a política brasileira.

A eleição de Jair Bolsonaro, em 2018, também mexeu as peças do jogo, já que o próprio presidente levantou instabilidades no campo político e se recusou a reconhecer graves ações de setores da política como ataques à democracia – a exemplo da ditadura, que Bolsonaro considera como “tempos dourados” do Brasil.

A percepção do povo e sua atuação dentro da democracia também acabou mudando conforme os eventos alteraram a ideia platônica que se tinha da democracia instaurada no Brasil. Lorenci e Souza (2014) sentenciam que “as revoltas desses últimos anos mostram que o funcionamento do sistema político está em descompasso com o povo”. Isso acontece, principalmente, pela percepção de que a democracia representativa é utópica e tem falhas.

O modelo de democracia brasileiro tem raízes na Revolução Americana e Francesa, o que significa dar um protagonismo ao “povo”. O que coloca em descompasso a harmonia política passa pela percepção de que o povo que faz a lei não é o mesmo povo que obedece a lei, o que demonstra também uma incapacidade de o povo escolher devidamente quem o representa. Outro ponto importante é o fato de que o Brasil, por ser um país continental e com mais de 200 milhões de habitantes, é “uma sociedade constituída de vários povos” (CHAVES, 2016, p.9).

O nosso sistema eleitoral é totalmente baseado na representação, que se dá pelo sujeito político buscando as vontades do povo como forma de exercer a cidadania. A definição dos autores Lorenci e Souza (2014) de “povo” é “a totalidade daqueles atingidos pelas regras construídas”, assim, o Estado não está no povo, mas “emana o povo”. Com a democracia representativa, todos os sujeitos deveriam estar em cena e o povo seria “o maior destinatário das prestações civilizatórias do Estado”. O choque de realidade acontece quando o cidadão se sente cada vez menos representado pelos políticos que ele mesmo ajudou a eleger. Esse

---

<sup>11</sup> O movimento convocação de manifestações via redes sociais começou com pautas relevantes e democráticas. Muitos protestos tinham como pano de fundo reivindicações pertinentes e exaltavam um ambiente saudável de tensionamento político. Em pouco tempo, no entanto, outras manifestações antidemocráticas começaram a aparecer no ambiente virtual. Cito aqui como exemplo os protestos que exigiam o fechamento do STF, o voto impresso e mais recentemente, em 2021, os movimentos anti-vacina.

distanciamento afasta a ideia de que as vontades do povo estão sendo levadas em conta para a tomada de decisão de assuntos que afetam diretamente a vida das pessoas.

O sistema vigente exige a participação do cidadão como eleitor para que ele escolha sujeitos políticos que irão exercer por ele a cidadania plena através da tomada de decisões e terão (em tese) a missão de representar estes cidadãos pela identificação de ideias. O problema é que o povo, mesmo incumbido de escolher este sujeito político, nem sempre se sente representado e acaba por questionar os métodos que colocam esse sujeito no poder – e as escolhas políticas feitas por ele.

### 3.2 PARTIDOS POLÍTICOS EM DECADÊNCIA, REPRESENTAÇÃO MUDIÁTICA EM ASCENSÃO

Parte do descontentamento do cidadão com a representação passa pela tomada de posição da política frente a tantas mudanças sociais, culturais e tecnológicas. Os partidos políticos que articulavam campanhas e candidatos através de encontros, comícios e de uma vida partidária, e estimulavam o engajamento dos militantes na campanha corpo-a-corpo, não são mais suficientes para criar uma conexão de representação e apoio junto ao eleitorado. Um dos atores que assumiu um papel decisivo na política, com uma ênfase muito forte nas eleições, são os meios de comunicação, com ênfase na televisão, que cria o sentimento de proximidade e diálogo linear com o telespectador.

A relevância em decadência dos partidos políticos e a ascensão dos meios de comunicação é considerada por alguns estudiosos uma “americanização” (GOMES, 2004, p.21) dos modelos de campanha. Alguns defendem que haveria um declínio de qualidade, tornando o contato do candidato com o eleitor menos sincero. Porém, autores como Afonso de Albuquerque (2005) defendem que a mudança representa no modelo de substituição um formato em que “os meios de comunicação e os consultores vêm desempenhando o papel de mediadores das relações entre cidadãos e governantes” (ALBUQUERQUE, 2005, p.3)

Por outro lado, estudos demonstram que a adaptação ao novo modelo fez com que os partidos políticos instrumentalizassem as novas regras do jogo, obtendo êxito em utilizar os novos espaços para promover suas campanhas e candidatos.

Este argumento é desenvolvido, por exemplo, na análise que Katz e Mair (1985)<sup>12</sup> fazem acerca dos “partidos-cartel”: o uso dos meios de comunicação, fortemente regulamentado pelo Estado, aparece aí como um importante recurso de poder de que os partidos podem se valer. (ALBUQUERQUE, 2005, p.11)

A televisão brasileira se apropriou dessa fase de mudanças de maneira muito rápida, já que o modelo comercial foi desde o princípio bem desenvolvido por nomes como Assis Chateaubriand. A tradição em um modelo unificado e nacional de programação permitiu que, no Brasil, o protagonismo da mídia nas campanhas políticas fosse um facilitador, principalmente pela dimensão do país: é praticamente impossível percorrer todo o Brasil durante uma campanha eleitoral. Porém, a participação dos agentes políticos na televisão permite que os ideais partidários cheguem a uma parcela considerável da população brasileira, seja pelo horário eleitoral gratuito ou pela participação de candidatos em programas como jornais televisivos e debates programados pelas emissoras.

Primeiro: a televisão quebra a necessidade de conexão entre presença física e experiência. Não é mais necessário “estar presente” para experimentar, “presenciar”. Isso, naturalmente, dá à televisão um incomensurável poder de construir o real, na mesma medida que, no mundo contemporâneo, não é possível estar fisicamente presente à maioria dos acontecimentos que dizem respeito à nossa vida e às decisões que tomamos no nosso cotidiano. (MEYROWITZ<sup>13</sup>, 1985, *apud* DE LIMA, 1995, p.15)

A centralidade da mídia, vale lembrar, não é exclusiva dos pleitos políticos:

Mesmo que as transformações radicais de nossa época não atinjam toda a população mundial na mesma velocidade e nem produzam consequências uniformes nas sociedades do planeta, é sobretudo a centralidade dos mídia que faz com que suas implicações possam ser sentidas no cotidiano das pessoas independentemente de classe, etnia, sexo ou idade (LIMA, 1994, p.1).

Outro importante adendo é que os meios de comunicação também se beneficiaram ao se apropriar de temas políticos:

No período anterior à ditadura, quando a linguagem televisiva ainda se formava juntamente as regras e expectativas dos gêneros televisivos, a

<sup>12</sup> KATZ, R. S.; MAIR, P. Changing models of party organization and party democracy: The Emergence of the Cartel Party. **Party Politics**, v. 1, n. 1, p. 5–28, 1995.

<sup>13</sup> MEYROWITZ, J. **No Sense of Place** - The Impact of Eletronic Media on Social Behavior; New York: Oxford, 1985.

aparição de temas políticos em programas conferia à TV estatuto de seriedade, uma vez que o veículo era visto pela sociedade como primordialmente voltado ao entretenimento. A preocupação com a defesa de ideias e de partidos por parte dos jornalistas significava menos do que o inquérito aos membros do poder. (SILVA, 2013, p.68)

A imprensa se relaciona diretamente com os governos não só na época de eleições. Depois que as urnas são apuradas e o nome do candidato é validado como vencedor do pleito, inicia-se uma relação que dura, no mínimo, quatro anos. A cobertura midiática se estende ao período do mandato e, durante esse período, os jornalistas criam relações com fontes que integram os governos, tanto para divulgar ações de interesse público, quanto para manter o papel de vigilância sobre as políticas do governo perante a população. Deste modo, é possível argumentar que assim como a mídia orienta e causa influência na política, os governos também influenciam e orientam a agenda da mídia. Cook (2005), por exemplo, considera que o jornalismo é uma instituição política, já que o trabalho da imprensa e dos governos é profundamente entrelaçado. Para o autor, as notícias são “resultado da colaboração e do conflito entre jornalistas, autoridades e outros atores políticos” (COOK, 2005, p.3).

### 3.3 POLÍTICA, ENTREVISTA E TELEVISÃO

As entrevistas jornalísticas ocupam um lugar durante as campanhas eleitorais. Conforme se popularizaram, diferentes canais da TV aberta apresentaram um modelo em que os candidatos pudessem ser pessoalmente entrevistados. Mesmo dentro dos debates tradicionais, foi inserido um momento em que jornalistas ou os próprios telespectadores dirigiam diretamente suas perguntas ao candidato, já que as entrevistas carregam “uma promessa de efetivação de um debate público” (SILVA, 2012, p.64).

Estar na arena de debate é fundamental para o político e elaborar uma entrevista que consolide o jornalismo como cumpridor de seus deveres deontológicos é papel do jornalista. Silva (2012) destaca que “a vigilância é um dos valores do jornalismo que mais o articula com o campo político institucional” (SILVA, 2012, p.65). A técnica, pode se dizer, foi inventada no início do século XX pelos próprios jornalistas e surgiu a partir da demanda do repórter em esclarecer e interpretar a realidade, passando a integrar os valores da profissão.



Para uma entrevista televisionada, uma equipe de jornalistas prepara o material, e não apenas o apresentador que conduz o programa. É importante sinalizar que produtores e editores também estão envolvidos no processo, já que, muitas vezes, a responsabilidade pelo êxito ou fracasso da conversa é dirigida apenas ao apresentador. As perguntas, além de criarem um questionamento a ser respondido, são contextualizadas e trazem informações, dados, números, ou seja, preparam o telespectador para interpretar a resposta dada pelo sabatinado: “a aproximação entre entrevista, política e valores do jornalismo reflete uma perspectiva dominante acerca do que se espera do jornalismo” (SILVA, 2012, p.72). Sobre a primeira entrevista feita em 2002, Ali Kamel, que época era diretor executivo da Central Globo de Jornalismo, disse:

Numa cobertura como aquela, não há espaço para improvisação. Não existe isso de olhar para os âncoras e dizer: “Vão lá e deem o melhor de si.” Tudo é muito pesquisado, tudo é muito debatido, tudo é de fato um trabalho em grupo. Evidentemente, ninguém tem bola de cristal e as entrevistas no ar sempre tomavam rumos inesperados. Mas todos os âncoras estão absolutamente seguros sobre tudo o que se passou ali na campanha, todos têm dados e fatos, fica uma coisa muito rica. Quando as entrevistas estavam no ar, mesmo se o imprevisto acontecia – e eles aconteceram, é claro – a preparação era total, lembra Kamel. (JORNAL, 2005, p.364).

A ideia da objetividade como um ritual estratégico (TUTCHMAN, 1993), em que a padronização de procedimentos consegue cumprir os exíguos prazos de produção e evitar processos e perdas financeiras tanto para empregados quanto para as empresas – além das críticas à qualidade do trabalho – precisa ser revista.

[...] essa perspectiva esquece a importância política do jornalismo e, por isso, acaba vítima de seus próprios pressupostos, não conseguindo romper o círculo vicioso da análise formalista. Perceber o jornalista estritamente como um “profissional” obediente a procedimentos predeterminados (nos termos em que, não por acaso, as empresas pretendem fazer) é um modo de reduzir sua importância e sua possibilidade transformadora. É um modo de domesticar o ímpeto da crítica e justificar teoricamente aquilo que Licínio Rios Neto certa vez classificou de jornalismo amestrado, praticado por aqueles que “estiveram ontem com o ministro, mas preferiram uísque nas pedras às perguntas incômodas. Em outras palavras, estiveram com o ministro, mas não houve penetração”<sup>14</sup>. (MORETZSOHN; FONTOURA; COSTA, 2001, p.12).

---

<sup>14</sup> RIO NETO, L. Ética, nossa companheira. In: NELSON, C. et al., (orgs). **Jornalistas pra quê: os profissionais diante da ética**. Rio de Janeiro: Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Município do Rio de Janeiro, 1989.

No telejornalismo, os rituais de objetividade nem sempre são fáceis de reiterar ou romper – para o bem ou mal que isso represente: para além do conteúdo verbal, é preciso estar atento a conteúdos não verbais importantes para fazer uma análise. Expressões corporais, tom da voz, a maneira de olhar, o tempo dedicado a uma pergunta, o número de vezes que o jornalista interrompe o entrevistado, o teor das interrupções, tudo isso tensiona o conceito de objetividade no telejornalismo.

É particularmente visível a urgência de uma outra posição interpretativa para o campo da comunicação, capaz de liberar o agir comunicacional das concepções que o limitam ao nível de interação entre forças puramente mecânicas e de abarcar a diversidade da natureza das trocas, em que se fazem presentes os signos representativos ou intelectuais, mas principalmente os poderosos dispositivos do afeto. Nos fenômenos de simpatia, da antipatia, do amor, da paixão, das emoções, mas igualmente nas relações em que os índices predominam sobre os signos com valor semântico, algo passa, transmite-se, comunica-se, sem que nem sempre se saiba muito bem do que se trata. (SODRÉ, 2006, p. 13)

### 3.4 JORNALISMO E ENQUADRAMENTOS POLÍTICOS

Os enquadramentos dados pela sociedade em alguns assuntos são os mesmos que os das mídias? Algumas vezes sim. Porém, como argumenta Carragee e Roefs (2004)<sup>15</sup> "Os enquadramentos são patrocinados por múltiplos atores sociais, incluindo políticos, organizações e movimentos sociais" (SOARES, 2008, p.12). Segundo os autores, as reportagens seriam espaços para disputar qual o melhor enquadramento, onde agentes políticos também ajudam na construção da realidade.

É importante salientar que, a relação entre os elementos que envolvem uma campanha política com presença na mídia é cheia de complexidades e relações entre si. Se envolvem as grandes mídias, afinal, existem vários canais abertos, além de outros veículos como rádio e jornal impresso, que cito aqui apenas para trazer a complexidade das relações, já que não serão estudados nessa análise, agentes de Estado e as redes sociais, que integram um papel ainda em estudo devido ao grande alcance e o potencial de mudar, mais uma vez, as regras que conhecemos. Biroli & Miguel (2011) simplificam a questão: "Nesse ambiente complexo, a mídia de grande público se mantém em posição central nas disputas pela construção simbólica do mundo social e pela definição das preferências" (MIGUEL; BIROLI, 2011, p.82).

---

<sup>15</sup> CARRAGEE, K. M.; ROEFS, W. The neglect of power in recent framing research. **Journal of Communication**, 54 (2), 214–233, 2004.

### 3.5 ENTREVISTA NA BANCADA, POLÍTICOS E ÉTICA

Os estudos que envolvem comunicação e política são complexos, mas acredito que hoje, a centralidade da mídia carrega menos medo e mais responsabilidade. As mudanças que muitos estudiosos teorizavam são, atualmente, palpáveis, e como defende Wilson Gomes (2012), não foram tão traumáticas quanto se imaginava. Acredito que a política e o jornalismo estão profundamente ligados em uma relação de simbiose, onde tanto os meios de comunicação quanto a política se beneficiam mutuamente de sua interação. A inserção da política em noticiários evoca o telespectador-cidadão (CHARAUDEAU, 2009, p.85), ou seja, o público que também é o eleitor com direitos políticos

Ao promover conteúdos políticos eleitorais dentro do telejornal, deve ficar claro que o objetivo é oferecer informações para o telespectador construir a cidadania. Quem é responsável por fazer política são os candidatos: os apresentadores devem estar focados na objetividade, que aqui definimos como o dever de ser ético durante a condução da entrevista e construir informações não superficiais e tendenciosas, defendendo interesses empresariais ou pessoais em detrimento do bem social, dando substância para o telespectador-cidadão fazer o seu juízo final. A visibilidade deve estar centrada nas ideias dos candidatos, não no desempenho dos apresentadores. O juízo-final, portanto, é do público, e não do jornalista, que não deve ser o centro das atenções, e sim um mediador no lugar do telespectador.

A entrevista ao vivo, vale lembrar, é diferente da entrevista editada, não só pelo recorte do material, mas também porque não se limita a uma simples coleta de informações. Como o material não será revisado, o sentido que o candidato pretende construir precisa ser muito bem colocado, já que está ao vivo, sem possibilidade de pedir para que algo não seja usado. Na condução dessa responsabilidade, os entrevistadores não podem ser apenas “mestres de cerimônia”, mas “atores numa arena argumentativa que travam com o ator político uma tensa negociação sobre o conteúdo e a forma das suas falas” (GOMES, 2012, p.7), indo além de uma certa disputa de egos que Gomes parece sugerir haver. Deve ficar claro para o público o que está sendo falado e por que está sendo falado. Aí está o papel do jornalista: conduzir essa construção aliado ao compromisso ético

Numa entrevista política não editada, supõe-se que o objeto e a razão de ser de tudo sejam o candidato e o interesse público. A entrevista tem como propósito proporcionar a satisfação do interesse público e facilitar a autorrepresentação do candidato entrevistado (GOMES, 2012, p.7).

Nessas entrevistas ficam expostas a autoridade, o prestígio e a credibilidade, atributos que formam o “capital da instituição jornalismo” (GOMES, 2012, p.11), principalmente porque tanto o público quanto o agente político depositam no entrevistador a responsabilidade de ter um conhecimento profundo, além de estar bem informado – função precípua do jornalismo. Assim, a entrevista eleitoral é “uma competição pelo controle da argumentação” (GOMES, 2012, p.12), já que a retórica dos políticos não se furta ao espetáculo para afirmar com mais intensidade os assuntos que quer dar visibilidade. Listo alguns recursos desenvolvidos pelo jornalismo para assegurar o controle argumentativo, com a finalidade de garantir que o público não seja manipulado, segundo Gomes (2012): a) Distribuição das oportunidades de fala; b) controle da argumentação, assegurando adendos, dados e interrupções caso a fala do candidato apresente elementos de distorção ou esquiva; c) perguntas baseadas em fatos e estratégias, escândalos e dados referentes a carreira do candidato; d) o retorno à pergunta caso o entrevistador considere que o assunto foi tangenciado ou receba uma resposta que considere insuficiente.

Essa competição pode ser saudável se, e somente se, o prêmio final for lapidar as informações de forma objetiva visando entregar ao telespectador-cidadão instrumentos para decidir qual sujeito político melhor o representa.

## 4 ANÁLISE E OBJETIVO DE PESQUISA

Neste capítulo, apresento o objeto de pesquisa, o método adotado, bem como os procedimentos que foram aplicados para realizar a análise do material. O objetivo específico da pesquisa é detectar as falhas éticas dos apresentadores durante as entrevistas. Para isso, é preciso entender o que são as sabatinas no Jornal Nacional e o local que o noticiário ocupa na grade televisiva historicamente.

### 4.1 JORNAL NACIONAL

O Jornal Nacional (JN) estreou em 1º de setembro de 1969, sendo o primeiro noticiário transmitido em rede nacional. Ao ser implementado na grade televisiva, o jornal competia em audiência com o Repórter Esso, da antiga TV Tupi. Entre 1970 e 1980, o programa apresentou médias de até 80% de audiência e se consolidou como “um dos jornais mais respeitáveis do país”, informação que consta no site Memória Globo<sup>16</sup>. Mesmo que seja um elogio autorreferencial, a influência social e o poder político que construiu tornaram o JN um jornal paradigmático, tanto no campo do jornalismo como na sociedade.

Atualmente, é apresentado por Renata Vasconcellos e William Bonner, que também é editor-chefe. Apesar de manter a relevância, em 2021 o jornal apresentou índices de audiência bem menores do que no passado, com menos de 40% dos televisores sintonizados no mercado nacional. A queda é significativa, sendo a mais baixa registrada na história do jornal (Painel Nacional de Televisão<sup>17</sup>). A pulverização da audiência em outras mídias e canais de TV é uma realidade que vem se instaurando há mais de uma década, mas essa queda abrupta também precisa ser pensada no contexto da pandemia: cansados com o aumento de mortes que subia exponencialmente, a falta de vacinas e insumos de saúde, sem falar de uma crise econômica e taxa recorde de desemprego, os cidadãos se afastaram do consumo diário de notícias. Uma prova disso é o grande aumento na audiência em

<sup>16</sup> Memória Globo. Jornal Nacional. Primeiro telejornal do Brasil a se transmitido em rede, o JN conquistou a preferenciado público e se firmou como um dos mais respeitáveis do país. Disponível em <<https://memoriaglobo.globo.com/jornalismo/jornalismo-e-telejornais/jornal-nacional/>>. Acesso em: 25 set. 2021.

<sup>17</sup> ANDRADE, V. Jornal Nacional da pandemia perde ibope e se aproxima de recorde negativo histórico. UOL. (2021). Disponível em: <https://noticiasdatv.uol.com.br/noticia/televisao/jornal-nacional-da-pandemia-perde-ibope-e-se-aproxima-de-recorde-negativo-historico-60136?fbclid=IwAR3ZZ62zOOzJqoEviauHIWS-uBlrsY1NI0LkoqOwX9BKLQ1lx9VHfRzUi5c>. Acesso em: 25 set. 2021.

2020, ainda no começo da pandemia, quando a população não sabia como agir e o que estava acontecendo. Em 19 de março, a Folha de S.Paulo trouxe na manchete e linha de apoio da coluna de Padiglione: “Audiência de telejornalismo explode durante crise do novo coronavírus. Com grande número de *fake news* nas redes sociais, pessoas buscam informação qualificada no jornalismo profissional. (2020, web)”. Com edições descritas como “monotemáticas” sobre o coronavírus, o JN chegou a marcar 37 pontos de audiência. “Desde que começou a pandemia do novo coronavírus, o Jornal Nacional ganhou mais 1,5 milhão de jovens por dia em relação ao mesmo período de 2019. Agora são 6,9 milhões desse target no JN por dia, ante 5,4 milhões no ano passado.” (PADIGLIONE, 2020) – os dados são referentes ao período de março a junho de 2020.

O formato inicial foi importado das redes norte-americanas de TV. O JN é um telejornal de *hard news*, transmitido ao vivo com o objetivo de trazer as principais informações do dia. O editor-chefe e apresentador, William Bonner, que pode ser considerado um dos “símbolos” do JN, descreve que o objetivo do telejornal é “apresentar temas com a linguagem apropriada ao veículo: com um texto claro, para ser compreendido ao ser ouvido uma única vez, ilustrado por imagens que despertem o interesse do público” (BONNER, 2009, p. 13).

#### 4.2 ENTREVISTAS AO VIVO NA BANCADA

As entrevistas ao vivo na bancada não são uma modalidade usual nos telejornais de referência no Brasil. Pela visão *hard news* de construir informações objetivas, processadas em texto e imagens para dar conta de abarcar os principais fatos do dia, esse formato consome muito tempo e preparação para um resultado final incerto – a fonte pode não responder, não interagir, não argumentar claramente, abordar questões inusitadas ou ofensivas. É algo inviável de ser naturalizado na produção diária. Outra questão está ligada ao campo jornalístico: a bancada é um dos símbolos do próprio telejornal, e só é “permitido” sentar ali quem representa o jornalismo. Dividir esse espaço seria como aceitar uma interferência externa ao campo nas mediações jornalísticas – um sentido que ainda não havia sido testado no telejornalismo brasileiro. A primeira bateria de entrevistas com candidatos aconteceu em 2002, no Jornal Nacional, e de lá para cá se repete em todo período eleitoral, gerando grande repercussão social.

É preciso lembrar que o formato entrevista é usado diariamente, seja dentro de matérias, de forma editada, ou em entradas ao vivo fora da bancada – quando o repórter e o apresentador conseguem conversar com o entrevistado sem cortes de imagem. Pela importância que assume na construção dos fatos, Wilson Gomes (2012) define a entrevista no telejornalismo como “uma de suas matérias primas” (GOMES, 2012, p. 9).

As entrevistas na bancada com os candidatos à presidência são diferentes porque ao posicionar os políticos junto com os apresentadores do telejornal, cria um tensionamento que extrapola as relações usuais entre entrevistado e jornalista: há uma disputa pelo poder de fala que joga o jornalismo para o centro da discussão política.

Em 2018, foram convidados os candidatos mais bem colocados segundo uma pesquisa do Instituto Datafolha (DATAFOLHA, 2018) de intenção de voto, com a exceção de Lula que não podia dar entrevistas por determinações judiciais, já que na época estava preso em Curitiba por acusações de corrupção passiva e lavagem de dinheiro. Posteriormente, Lula desistiu da candidatura e Fernando Haddad assumiu a chapa, sendo assim, o último entrevistado. A ordem das entrevistas foi definida por sorteio, com a presença de assessores de cada partido. O tempo total de cada entrevista foi de 25 minutos e ao fim, os candidatos tinham mais um minuto para considerações finais respondendo à pergunta “que Brasil você quer para o futuro?”.

#### 4.3 ANÁLISE DE CONTEÚDO

A presente pesquisa busca investigar a falha ética dos apresentadores do JN durante as sabatinas dos presidenciais de 2018. Para isso, o método escolhido foi o de análise de conteúdo que, segundo Laurence Bardin (1977) possui um campo vasto de aplicação através de diferentes técnicas. Por este motivo, julgo que a técnica será adequada para responder o problema central levantado neste estudo. Buscando delimitar o *corpus* da análise, foram selecionadas as entrevistas dos três candidatos mais bem posicionados nas pesquisas de intenção de voto da época, sendo eles Ciro Gomes (PDT), Jair Bolsonaro (atualmente sem partido, à época no PSL) e Fernando Haddad (PT).

A Análise de Conteúdo (AC) possibilita que a pesquisa seja quantitativa e qualitativa, construindo inferências (deduções) sobre o objeto analisado de forma sólida. Segundo Bardin, o interesse da análise não está na descrição do conteúdo, mas “no que pode ser revelado após o tratamento deles em relação a outras perspectivas” (BARDIN, 1977, p.38). Outro ponto favorável da AC é que o método impossibilita qualquer interferência no material, resguardando a integridade do *corpus* analisado e possibilitando o que Bardin considera o principal interesse da AC: provocar inferências, deduções, conclusões a partir da organização dos conteúdos escolhidos para análise.

Bardin (1977) explica que a Análise de Conteúdo se divide em cinco partes, sendo elas a pré-análise, exploração do material, tratamento dos resultados, inferência e interpretação. A primeira parte, a pré-análise, é o contato inicial do pesquisador com o objeto de análise. Nesta etapa, o material deve ser organizado e sistematizado, através da leitura flutuante que Bardin (1977) define como o momento em que as primeiras impressões e hipóteses são levantadas.

Tendo em vista que, segundo Bardin, uma das regras da pré-análise é a da exaustividade, em que “é preciso terem-se em conta todos os elementos desse corpus” (1977, p. 97), as íntegras dos telejornais foram encontradas no serviço de streaming da Globoplay, e assistidas uma a uma, no intuito de primeiro delimitar o *corpus* e, em seguida, definir as primeiras hipóteses que deverão ser confirmadas ou não ao longo da pesquisa. Foi nesse momento que a questão da falha na conduta ética dos apresentadores tomou corpo.

Após essa etapa inicial de definição do *corpus*, é dado início a codificação do material, que tem por objetivo sistematizar o que foi coletado. Para Bauer, a importância desta fase para pesquisa é crucial porque “embora o corpus esteja aberto a uma multidão de possíveis questões, a Análise de Conteúdo interpreta o texto apenas à luz do referencial de codificação”. (BAUER, 2008, p.199). Feita a codificação, ocorre o recorte, enumeração, classificação e agregação (categorização das unidades). As unidades se dividem entre “de registro” e “de contexto”.

A Análise de Conteúdo começa no momento em que após organizar o material, realizar uma leitura flutuante e separar o *corpus* de maneira codificada, torna-se possível realizar deduções sobre o material e, segundo Bauer, “através da reconstrução de representações, os analistas de conteúdo inferem expressão dos contextos” (BAUER, 2008, p.192). Bardin (1977) aponta que o analista precisará



interpretar o material pelo viés comunicacional, dando significado ao que está sendo visto, mas também como um receptor simples.

A partir da presente análise das três unidades de registro foram criadas sete categorias:

1) A duração total de cada entrevista; 2) O tempo de cada pergunta feita pelo entrevistador; 3) O número de perguntas feito por cada entrevistador; 4) A divisão das perguntas por temáticas (exemplo: corrupção, educação, saúde) 5) Tempo de resposta de cada candidato; 6) Número de interrupções feitas pelos entrevistadores; 7) A postura, tom de voz e do entrevistador. Os dados serão divididos em uma tabela para facilitar a visualização da análise e, a partir dos resultados, será construída a argumentação de inferências sobre a falha na postura ética dos apresentadores durante as entrevistas.

#### 4.4 ANÁLISE

A análise de conteúdo se concentrou em seis tópicos, sendo 5 deles quantitativos e um qualitativo. Foram escolhidos para análise a) o tempo total de entrevista, b) o número de perguntas, c) as temáticas abordadas, d) o tempo de resposta de cada candidato, e) o número de interrupções feitas pelos apresentadores e, por fim, f) a postura, tom de voz e falas dos entrevistadores.

Com essa sistematização, a pesquisa busca analisar a falha na conduta ética dos entrevistadores durante cada entrevista.

##### 4.4.1 Tempo total de entrevista

A entrevista de Ciro foi a primeira a ir ao ar, em 27 de agosto de 2018. Em uma introdução de 1min49s, William Bonner inicia explicando como acontecerá a sequência de entrevistas com os outros candidatos, indicando que serão entrevistados os cinco primeiros colocados nas pesquisas de intenção de voto do Datafolha ou Ibope mais recentes. Ele descreve os temas que vão ser abordados com o seguinte texto: “Nas entrevistas, nós abordamos os temas que marcam cada uma das candidaturas, questionamos assuntos polêmicos e tratamos da viabilidade de alguns pontos dos programas de governo”. Neste momento também é anunciado ao público que a ordem das entrevistas foi definida por sorteios que foram

acompanhados por assessores de cada candidato. Bonner explica que cada candidato terá 25 minutos de entrevista e um minuto para responder “que Brasil você quer para o futuro?”<sup>18</sup>.

Ao início da entrevista, um cronômetro aparece na tela marcando o tempo do candidato, mas logo desaparece. Em alguns pontos da entrevista o relógio volta a aparecer para o telespectador, mas não fica disponível o tempo todo. Faltando 40 segundos para o fim da entrevista de Ciro Gomes, Renata Vasconcellos introduz uma pergunta sobre governabilidade para o candidato, que acaba excedendo o tempo total da entrevista em 1min45s. Durante a resposta, os jornalistas não realizam nenhuma interrupção e o convidam para responder à pergunta “que Brasil você quer para o futuro?”. Por este motivo, a entrevista de Ciro tem uma duração total de 27 minutos e 45 segundos. A decisão de não interromper o candidato durante a última resposta parece acertada, já que foi introduzida uma pergunta quando o candidato não teria tempo hábil para responder por conta das regras estabelecidas pelo formato da entrevista. Durante o tempo em que o candidato extrapolou os 25 minutos, o cronômetro foi mantido na tela o tempo todo, mudando de cor para representar ao telespectador uma contagem extra.

O segundo entrevistado foi Jair Bolsonaro, em 28 de agosto de 2018. Ao iniciar a entrevista, os apresentadores mantiveram uma introdução similar a realizada durante a entrevista de Ciro, explicando os critérios utilizados para escolher cada um dos entrevistados, a ordem das entrevistas e repetiram o texto que explicava as temáticas que seriam abordadas. Porém, Renata Vasconcellos avisa que o tempo de entrevista foi estendido para 27 minutos e um minuto extra para responder à pergunta “Que Brasil você quer para o futuro?”, mesmo tempo concedido para Ciro Gomes. O tempo de introdução é de 1min51s. Há uma imprecisão no tempo adicional, já que o tempo total de Ciro chegou a 27min45s. A entrevista de Bolsonaro, no entanto, voltou a exceder o tempo total anunciado pelos jornalistas, com duração de 28m35s. O tempo concedido não volta a ser revisto pelos entrevistadores, que mantêm os 27 minutos como regra.

Quando o ciclo de entrevistas foi iniciado, em 27 de agosto de 2018, o candidato do Partido dos Trabalhadores (PT) à presidência da República era o ex-presidente Lula, que estava preso em Curitiba por lavagem de dinheiro e corrupção

---

<sup>18</sup> Naquele ano, o JN apresentou um quadro chamado “O Brasil que eu quero”, em que telespectadores mandaram vídeos com reivindicações e sugestões.

passiva. O assunto chega a ser mencionado durante a introdução realizada antes da entrevista de Ciro Gomes, primeiro entrevistado, para explicar o porquê Lula, primeiro colocado nas pesquisas de intenção de voto, não iria participar do ciclo de entrevistas. Em 11 de setembro de 2018, no entanto, Fernando Haddad passou a concorrer oficialmente ao cargo pelo PT e foi convidado para participar do JN na edição de 14 de setembro, sendo então, o último entrevistado por Bonner e Renata. Em uma introdução mais curta do que a dos outros candidatos (1min24s), os apresentadores voltam a explicar o quadro de entrevistas, temas abordados e critério de entrevistas, explicando também por que Haddad foi tardiamente entrevistado. O tempo total de entrevista de Fernando Haddad foi de 29min46s.

Tabela 1 - Tabela comparativa: tempo total de entrevista por candidato.

CANDIDATO	TEMPO (27 min)	TEMPO EXCEDIDO
Ciro Gomes	27min45s	45s
Jair Bolsonaro	28min35s	1min35s
Fernando Haddad	29min46s	2min46s

Fonte: Elaboração própria.

#### 4.4.2 Número de perguntas

Para quantificar o número de perguntas, a pesquisa levou em consideração a primeira indagação de uma temática específica. Durante o decorrer da entrevista, uma determinada pergunta poderia ser reforçada pelo apresentador, ou levar a outro questionamento dentro do mesmo assunto, representando uma insistência do jornalista, técnica que Wilson Gomes (2012) apresenta como um recurso para obter uma resposta objetiva do entrevistado quando a resposta da primeira indagação é tangenciada ou não é satisfatória. Em reportagens, é muito comum “suitar” uma matéria, ou seja, abordar os desdobramentos que o fato suscita conforme se desenrola no tempo

Tabela 2 - Tabela comparativa: número de perguntas por candidato.

CANDIDATO	NÚMERO DE PERGUNTAS
Ciro Gomes	9
Jair Bolsonaro	8
Fernando Haddad	7

Fonte: Elaboração própria.

Há uma disparidade no número de perguntas realizadas pelos entrevistadores em relação ao tempo de entrevista dos candidatos. Mesmo com menos tempo de entrevista, Ciro Gomes teve mais oportunidades de tratar assuntos diversos do que Fernando Haddad que em 29m46s de entrevista, recebeu menos indagações dos jornalistas. Há uma clara falha na conduta da entrevista do ponto de vista ético, já que, o número limitado de perguntas oferece menos oportunidades para o candidato abranger diferentes assuntos. Ressalto aqui uma informação que tem mais elementos para serem examinados pelo público é mais completa e variada e pode ser decisiva no momento de tomada de decisão do telespectador-cidadão. Outro ponto importante é que alguns assuntos, como veremos na categoria a seguir, são mais próximos das propostas de governo dos candidatos e várias das perguntas poderiam ter mais chance de uma explicação mais completa. Se a entrevista fica centrada em uma longa argumentação em cima de menos específicos, quem perde é o cidadão, que conseqüentemente recebe menos informação para escolher e para fiscalizar o eleito.

#### 4.4.3 Temáticas

As temáticas de cada pergunta dirigida aos entrevistados são importantes, principalmente porque dão ao candidato a oportunidade de se apresentar ao público eleitor de uma forma mais ampla e diversa. Essa oportunidade, no entanto, é oferecida pelo jornalista: é ele quem conduz e decide os assuntos que serão tratados.

Em geral, quanto mais temáticas são abordadas, mais o eleitor consegue entender o sujeito político, suas motivações, falhas e pontos fortes. No entanto, é notável uma distribuição muito desparelha em relação ao número de temáticas

abordadas em cada entrevista. Alguns candidatos tiveram a oportunidade de debater diferentes assuntos, outros ficaram reféns de uma mesma temática por mais da metade do tempo total da entrevista, como podemos ver na tabela abaixo.

Tabela 3 - Tabela comparativa: temáticas abordadas em cada entrevista.

CANDIDATO	TEMÁTICAS ABORDADAS
Ciro Gomes	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Corrupção</li> <li>2. Segurança pública</li> <li>3. Trajetória política</li> <li>4. Proposta do plano de governo</li> <li>5. Governabilidade</li> <li>6. Alianças políticas</li> </ol>
Jair Bolsonaro	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Trajetória política</li> <li>2. Economia</li> <li>3. Desigualdade salarial entre gêneros</li> <li>4. Geração de empregos</li> <li>5. Homofobia</li> <li>6. Segurança pública</li> <li>7. Alianças políticas</li> </ol>
Fernando Haddad	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Corrupção</li> <li>2. Judiciário</li> <li>3. Trajetória política</li> <li>4. Crise econômica</li> <li>5. Questões partidárias</li> </ol>

Fonte: Elaboração própria.

Há uma grande disparidade no número de temas abrangidos em cada entrevista. William e Renata oferecem mais oportunidades a Jair Bolsonaro de discorrer sobre diferentes temas, sendo essa a entrevista mais variada e abrangente, possibilitando ao eleitor um parecer mais completo sobre os ideais do candidato, bem como oportunidades para que o entrevistado se justificasse em temas polêmicos. Um bom exemplo é a temática da “homofobia”, levantada por Renata Vasconcellos. A jornalista indaga o candidato sobre declarações

homofóbicas de Bolsonaro à imprensa, que em sua resposta pede desculpas e admite que errou ao se referir à comunidade LGBTQIA+ de forma pejorativa. Por mais que o tema fosse delicado e representasse para muitos eleitores uma falha de Bolsonaro, abordar essa temática deu a ele a chance de se desculpar. Quando outros candidatos não recebem a mesma oportunidade, há uma falha ética dos jornalistas na condução das entrevistas.

Outro ponto importante está no texto de introdução, que foi lido no início de todas as entrevistas: “Nas entrevistas nós abordamos os temas que marcam cada uma das candidaturas, questionamos assuntos polêmicos e tratamos da viabilidade de alguns pontos dos programas de governo”.

Esta predefinição editorial não foi cumprida pelos jornalistas, que abordaram a viabilidade de propostas de governo apenas com o candidato Ciro Gomes. Tanto Jair Bolsonaro quanto Haddad não foram questionados diretamente sobre propostas apresentadas pela campanha e tiveram a maior parte das perguntas concentradas em polêmicas da vida pública e declarações do passado. Um ponto importante a ser ressaltado é que Ciro Gomes só foi perguntado sobre sua proposta de governo por que sinalizou durante uma resposta que gostaria de debater sobre o assunto, demonstrando um desconforto na insistência dos apresentadores em permanecer em questões que ele já havia respondido.

Na entrevista de Fernando Haddad, a questão das temáticas abordadas ganha mais um agravante: pouco se fala sobre sua candidatura, propostas e seu passado político. Todas as questões ficam muito concentradas em cima de alegada corrupção e “incoerências” do Partido dos Trabalhadores (PT), já que na época, a operação Lava-Jato estava no auge<sup>19</sup>. Muitas das perguntas feitas ao candidato faziam referência à gestão de Lula e Dilma Rousseff, oportunizando poucos momentos com foco em Haddad.

Quando questionado sobre seu trabalho na prefeitura de São Paulo, os jornalistas decretam que “o povo paulistano o puniu por sua má-gestão” quando não o reelegeram em 2016 e citam que especialistas nomeiam Haddad como “candidato-poste” por não ser conhecido pela maioria dos eleitores, sendo apenas um indicado

---

<sup>19</sup> A Operação Lava Jato é uma ação de combate à corrupção e lavagem de dinheiro que teve início em março de 2014. Quatro organizações criminosas que teriam a participação de agentes públicos, empresários e doleiros passaram a ser investigadas perante a Justiça Federal em Curitiba. A operação apontou irregularidades na Petrobras, maior estatal do país. O Supremo Tribunal Federal derrubou todas as condenações impostas a Lula pelo então juiz Sérgio Moro.

do ex-presidente Lula. Essas afirmações claramente representam uma grande quebra de ética dos apresentadores. A acusação de que Haddad não foi um bom gestor vem acompanhada de dados comparativos entre o que foi prometido durante a campanha e como a prefeitura encerrou seu mandato. Os dados mostravam que Haddad entregou menos coisas do que prometeu, porém não significam diretamente que a gestão foi ruim. Não se reeleger também não significa uma punição dos eleitores. Significa que os eleitores preferiram um candidato a outro. Sabe-se que ganhar uma eleição não significa que o candidato é o melhor, mais idôneo e melhor preparado. Quando Bonner e Renata trazem a nomeação de “candidato-poste”, ambos estão repetindo um discurso ideológico de determinado grupo sem fazer nenhum questionamento, ou seja, eles aderem à ideologia de uma parte da sociedade que se posiciona contra o candidato Haddad.

Talvez por não ser conhecido pela maioria do eleitorado, seria mais ético da parte dos apresentadores utilizar o tempo de entrevista para que o público tomasse conhecimento desse candidato e de suas ideias, em vez de o questionar sobre temáticas que não ajudariam o telespectador a compreender o sujeito político.

Essa falha ética nos conduz a um novo problema: com poucas opções de assunto, o tempo de fala dos candidatos é reduzido e o tempo utilizado pelos jornalistas para formular uma pergunta tende a aumentar, como veremos na próxima categoria.

#### **4.4.4 Tempo de fala**

O tempo total de fala de cada candidato foi medido somando o tempo em que estavam falando, em oposição ao tempo em que estavam escutando as perguntas, permitindo estabelecer com exatidão uma contagem de minutos ativos. É importante salientar que, em muitos momentos, os apresentadores fizeram interrupções, reforços e adendos de perguntas, além de bate-bocas durante o tempo de fala dos entrevistados. Algumas vezes a interrupção pode ser correta, sinalizando uma questão importante ou reconduzindo o entrevistado ao centro da questão na busca de uma resposta objetiva. No entanto, pode também afetar diretamente a conduta ética dos jornalistas ao reduzir o tempo de fala do entrevistado e ocasionar a espetacularização do debate, buscando mais visibilidade na performance de quem pergunta do que na resposta de quem responde.

Tabela 4 - Tabela comparativa: tempo total de entrevista por candidato.

CANDIDATO	TEMPO DE FALA
Ciro Gomes	15min21s
Jair Bolsonaro	16min29s
Fernando Haddad	15min56s

Fonte: Elaboração própria.

Nesta comparação, é possível verificar como a abrangência maior de temáticas interfere diretamente no tempo de fala concedido para cada candidato. Aqueles com maior fluidez de assuntos tiveram mais tempo para a exposição de suas ideias. Jair Bolsonaro foi o candidato que teve mais minutos de fala durante a sua entrevista: 1min08s a mais do que Ciro Gomes, o candidato com menos tempo. Isso aponta que o controle narrativo foi cedido por mais tempo ao candidato pelos jornalistas. É claro que essa contagem de tempo é complicadíssima de se fazer ao vivo, quando duas ou mais pessoas estão falando. Mas é um risco que o JN assumiu correr – ainda mais que precisava estar em conformidade com a Resolução TSE nº 23.551/2017, artigo 3º, inciso I:

a participação de filiados a partidos políticos ou de pré-candidatos em entrevistas, programas, encontros ou debates no rádio, na televisão e na internet, inclusive com a exposição de plataformas e projetos políticos, observado pelas emissoras de rádio e de televisão o **dever de conferir tratamento isonômico**; (TRIBUNAL, 2017, grifo meu)

É importante que os políticos tenham tempo para dialogar, mas o fato de que alguns tiveram menos tempo do que outros, mesmo que de forma não totalmente intencional, gera uma falha na conduta ética dos jornalistas. Com a polaridade já estabelecida na política entre “direita” e “esquerda”, o JN assumiu o risco de ser acusado de parcial, e a questão do tempo é um dos fatores que ratifica essa avaliação: “como o tempo de TV é um recurso escasso, quanto mais tempo consome o jornalismo e menos tempo resta para os candidatos, menores são as oportunidades que estes têm de passar a sua mensagem” (GOMES, 2012, p.14).

Em um minuto a mais de fala, o candidato pode ter inúmeras oportunidades de, por exemplo, convencer o eleitor de que é a melhor opção para o cargo de Presidente da República. Se o jornalista nega esta oportunidade para os demais



candidatos, o principal objetivo da entrevista é esvaziado. No debate presidencial organizado pela Globo em outubro de 2018, William Bonner, agora no papel de mediador, concedia exatamente um minuto para as considerações finais, proporcionando aos candidatos um tempo considerado relevante e precioso na televisão, e mais ainda no telejornalismo. Bonner, tanto no papel de mediador quanto no de apresentador, sabe da importância do tempo.

O tempo de fala também nos leva a outra questão: a espetacularização e a disputa pelos holofotes. Não é ético que o jornalista busque ser a “estrela” da argumentação, que tente pregar peças ao fazer perguntas que escondem uma pegadinha, tentando deixar o entrevistado desconfortável, tentando se sobressair em relação aos entrevistados. O apresentador é um mediador simbólico entre uma conversa que seria entre o cidadão e o candidato. Seu dever é ser objetivo e trazer questões pertinentes para que o cidadão-eleitor tome suas decisões. É importante trazer ao conhecimento do telespectador informações ocultas, abordar temas que tirem o entrevistado da zona de conforto, mas também é seu dever oferecer um espaço justo para que o candidato exponha propostas, ideais e os pactos que pretende fazer para presidir o país.

O tempo de fala dos candidatos também evidencia um fator pontual que aparece nas entrevistas. Em todas elas, foram feitas perguntas longas, com mais 1min30s, quando deveriam ser mais objetivas segundo os preceitos éticos da profissão. Uma pergunta com esse tempo se assemelha mais a uma tese, e traz uma complexidade que afasta boa parte dos cidadãos. A objetividade e a clareza são valores fundamentais do jornalismo, e não parece que foram respeitadas nesse caso. Esse tempo equivale a algo em torno de 1.300 caracteres com espaço, o que corresponde a 18 linhas de uma página de TCC, mais da metade do total.

Na segunda pergunta da entrevista de Ciro Gomes, formulada por Bonner, o tema é corrupção, e os primeiros conflitos de disputa pela narrativa começam a aparecer. Wilson Gomes (2012) define que “a entrevista eleitoral necessariamente é uma competição pelo controle da argumentação e assim é considerada pelos atores das duas instituições envolvidas” (GOMES, 2012, p.12). Em uma pergunta longa, de 1min36s, o apresentador questiona Ciro Gomes sobre sua relação com Carlos Lupi, presidente do PDT, trazendo a informação de que Lupi era réu em um processo de corrupção. Bonner apresenta uma figura não muito familiar no noticiário, mas

importante no jogo político. Na tentativa de contextualizar a motivação de sua pergunta, Bonner repete várias vezes o nome do presidente do PDT:

“O senhor, em dado momento, disse que coloca a mão no fogo pelo presidente do seu partido, Carlos Lupi (...) Eu vou pedir licença nesse momento, por que eu preciso atualizar o público sobre o histórico de Carlos Lupi e aí, depois, eu vou encaminhar a pergunta...”

A pergunta longa, além de reter tempo do candidato, causa um bate-boca entre o entrevistado e o jornalista, já que o questionamento “prega uma peça” no entrevistado, no sentido de que o assunto que começa a ser tratado não é o objeto final da pergunta. Afinal, a entrevista é um jogo de quem é mais espertalhão? Definitivamente, não. A questão poderia ter sido muito mais objetiva e direta se formulada em um formato diferente.

Já na entrevista com Jair Bolsonaro, Bonner formula uma pergunta de um minuto sobre segurança pública, trazendo citações de falas do candidato em outras entrevistas. Na resposta, Bolsonaro apenas tangencia, explicando que as falas foram tiradas de contexto, mas confirmando a declaração de que “violência deve ser combatida com mais violência”. Bolsonaro não foi questionado sobre a viabilidade ou incoerências de sua resposta: em nenhum momento foi interrompido, permitindo que parte da resposta fizesse acusações sobre o contexto ou veracidade do que o jornalista trouxe para ser debatido, desviando da questão central.

#### **4.4.5 Interrupções**

A pesquisa contabilizou diferentes tipos de interferências realizadas pelos jornalistas durante o tempo de fala dos entrevistados, como adendos, reforço de perguntas e pausa para agregar uma informação referente à fala do entrevistado. Mas a interrupção foi a mais significativa na análise da conduta ética, principalmente porque evidencia uma autoritária tentativa de calamento que impossibilita o candidato de concluir sua resposta e toma dele tempo de entrevista. Foram classificados como interrupções os momentos em que os jornalistas interromperam o candidato com falas que não agregam conteúdo à pergunta e romperam a linha de raciocínio do candidato, desestabilizando-o. Ressaltamos que as interrupções contabilizadas abaixo são as que não deixam o candidato dar uma resposta objetiva, gerando um bate-boca ou desvio da questão provocado pelo próprio jornalista que,

em um comportamento ansioso, interfere diretamente na chance do candidato apresentar uma resposta satisfatória. Interrupções que levam o candidato a responder um questionamento ou não quebram a fala do candidato não estão contabilizadas abaixo.

Tabela 5 - Tabela comparativa: número de interrupções realizada em cada entrevista.

CANDIDATO	INTERRUPÇÕES
Ciro Gomes	16
Jair Bolsonaro	12
Fernando Haddad	33

Fonte: Elaboração própria.

As 12 interrupções sofridas por Jair Bolsonaro já representam um número elevado para uma entrevista, que dirá as 33 interrupções durante a entrevista de Fernando Haddad. É um comportamento que aponta um desvio grave na ética do jornalismo principalmente porque deixa em evidência uma possível predileção de candidatos ou de narrativa. Quando comparamos o número de interrupções entre os candidatos. O que leva a uma diferença tão gritante na condução da entrevista entre um candidato e outro se não a constatação de que há um favorecimento de narrativa por parte dos jornalistas?

Comparando as entrevistas de Ciro Gomes e Fernando Haddad, há uma discrepância palpável. Haddad foi interrompido 2x mais do que Ciro e em relação a Bolsonaro, houve um aumento de 275% nas interrupções que, em nada agregam informação e causam confusão, já que ocasionam a perda da linha de raciocínio, o desvio de narrativa e geram uma atmosfera conflituosa. Durante a análise é possível perceber que, em diversos momentos, a interrupção levava a um bate-boca entre candidato e entrevistador, e causava um visível desconforto no candidato. Nas três entrevistas, as interrupções também levaram os candidatos a sinalizar abertamente que estavam com dificuldade de explanar suas opiniões com pedidos como “Posso concluir?”, “Se você deixar eu concluir, te respondo”, “Só um minuto, eu também quero falar”. Esses momentos evidenciam que há um atropelamento de ideias, uma disputa de poder e uma possível intenção do jornalista em impedir ou cercear a fala

dos entrevistados, o que não deve ser um recurso usado nas entrevistas. Essas interrupções, inclusive, acabaram sendo em diversos momentos objeto de discussão entre internautas<sup>20,21,22</sup> e sites de notícias que traziam esses embates entre candidato e entrevistador como os pontos mais chamativos da entrevista.

#### 4.4.6 Postura, tom de voz e fala

Essa categoria de análise é uma das mais complexas, pois trabalha a postura e tom de voz dos apresentadores. Algumas falas também foram destacadas, pois exprimiam o sentimento dos jornalistas e ajudam a entender os momentos em que os limites éticos na condução da entrevista foram ultrapassados.

É importante salientar que as entrevistas seguiram um roteiro de apresentação dos candidatos. Começava com Renata Vasconcellos recebendo os candidatos na ponta de uma tapadeira<sup>23</sup>, na lateral do cenário, dando boas-vindas. Bonner ficou encarregado de convidá-los a sentar na bancada giratória<sup>24</sup>, que causou desconforto em vários momentos por dificultar o acesso à cadeira em frente à bancada. Na última entrevista, com Fernando Haddad, o palco não girava.

A condução da entrevista deve ser amistosa, mas não morna. Deve trazer temas conflitantes, mas não gerar conflito entre o apresentador e entrevistado. No decorrer das entrevistas com Ciro Gomes e Jair Bolsonaro, puderam ser identificados alguns momentos amigáveis e de descontração intercalados com momentos de maior tensão e embate. Já na entrevista de Fernando Haddad, a tensão toma conta do início ao fim da conversa e um clima amistoso só pode ser identificado quando Bonner encerra a entrevista agradecendo a presença com a

<sup>20</sup> SAMPAIO, C. Entrevistas do Jornal Nacional são interrogatórios", afirma professor de Jornalismo. **Brasil de Fato**, Brasília, 17 set. 2018. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2018/09/17/entrevistas-do-jn-sao-interrogatorios-afirma-professor-de-jornalismo/>. Acesso em: 26 set. 2021.

<sup>21</sup> CONGRESSO EM FOCO. Confronto com entrevistadores marca sabatina de Bolsonaro no JN. **Congresso em Foco**, 28 ago. 2018. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/area/pais/renata-vasconcellos-reage-a-insinuacao-de-bolsonaro-em-entrevista-ao-jn/>. Acesso em: 26 set. 2021.

<sup>22</sup> GAÚCHAZH. Entrevista de Bolsonaro no Jornal Nacional gera memes e brincadeiras nas redes sociais. **GaúchazH**, 29 ago. 2018. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/politica/eleicoes/noticia/2018/08/entrevista-de-bolsonaro-no-jornal-nacional-gera-memes-e-brincadeiras-nas-redes-sociais-cjlezk9od056101qkxubabm5x.html>. Acesso em: 26 set. 2021.

<sup>23</sup> Tapadeira é uma estrutura que sustenta o cenário, escondendo o fundo real do estúdio.

<sup>24</sup> A bancada está colocada em cima de um círculo que girava sobre o próprio eixo, possibilitando que as câmeras focassem os apresentadores e os candidatos de costas e de frente – o habitual é a bancada estática, posicionada de frente para as câmeras, de costas para o cenário.

frase “Candidato Fernando Haddad, muito obrigada pela sua presença aqui, por enfrentar as perguntas dessa entrevista na bancada”. A diferença de tratamento perante os candidatos é uma falha jornalística, pois aponta a predileção a certos candidatos e a antipatia a outros. Esse comportamento pode induzir à ideia de que apresentadores sabem quem é mais qualificado ou não para o cargo de Presidente da República – o poder social do jornalismo, mesmo em momento de descrença nessa instituição, ainda tem um valor grande para parte da sociedade.

Na entrevista de Ciro Gomes, Bonner aborda uma promessa eleitoral do candidato e pergunta sobre a complexidade da proposta de campanha de Ciro que prometia tirar o nome dos brasileiros do Serviço de Proteção ao Crédito (SPC), em um tom de “deboche”.

Figura 1 - Expressão facial de Bonner ao perguntar sobre proposta de Ciro.



Fonte: Jornal Nacional, 27 de agosto de 2018.

Ciro responde que a proposta estava apresentada em um manual que estava com ele na bancada do JN. Bonner responde em um tom de “desprezo”: “Você tem um manualzinho pra isso?”.

Figura 2 - Bonner questionando se a proposta estava em um “manualzinho”.



Fonte: Jornal Nacional, 27 de agosto de 2018.

O candidato então começa a explicar a proposta reafirmando que cumpriria com o plano porque “era uma questão muito séria para muitos brasileiros”. Neste momento, Bonner toma o controle da narrativa, e tentado dialogar diretamente com o telespectador, diz: “Veja bem, eu tenho que deixar isso bem claro” e explica que não está discordando se a questão era um problema, e sim a viabilidade da proposta. Com isso, Bonner tenta mostrar ao eleitor que não está ali dando uma opinião pessoal e demarcando seu lugar em uma posição “neutra”, embora a expressão facial e os comentários anteriores não corroborem sua fala. O candidato segue em a argumentação, e para encerrar o assunto, Bonner estende a mão para pegar o livreto de Ciro, que entrega a Bonner as propostas de campanha. Esse momento é bastante emblemático porque pode parecer diferentes coisas para o telespectador, como por exemplo, de que irá avaliar melhor a promessa do candidato, que está pegando o material para se informar depois. É de alguma forma um sinal de que tem interesse em saber mais sobre aquilo. O ato configura um desvio ético porque durante a entrevista de Jair Bolsonaro, no dia seguinte, Bonner advertiu o candidato que pela combinação com os assessores partidários, era proibido levar material de campanha, mostrar documentos ou qualquer material físico durante a entrevista. Fernando Haddad foi o único que não levou qualquer tipo de material de apoio à bancada.



Figura 3 - Bonner questionando se a proposta estava em um “manualzinho”.



Fonte: Jornal Nacional, 27 de agosto de 2018.

Um dos momentos mais emblemáticos do material analisado é um embate entre Jair Bolsonaro e Renata Vasconcellos. Ao ser questionado pela jornalista sobre desigualdade salarial entre gêneros, o candidato afirma que Bonner e Renata não recebem valores iguais por uma função semelhante como apresentadores do JN. Neste momento, Renata interrompe tanto Bonner quanto Bolsonaro e responde diretamente ao candidato em tom de “indignação” e “desprezo”:

“Candidato, desculpe, eu vou até interromper vocês dois. Eu poderia, como cidadã, e como qualquer cidadão brasileiro, fazer questionamentos sobre os seus proventos por que o senhor é um funcionário público, deputado há 27 anos e eu, como contribuinte, ajudo a pagar o seu salário. O meu salário não diz respeito a ninguém, e eu posso garantir ao senhor que, como mulher, que eu jamais aceitaria receber um salário menor de um homem que exercesse as mesmas funções e atribuições que eu. Agora eu vou devolver a palavra ao senhor, para você continuar com seu raciocínio”.

Apesar de o trecho apresentar um confronto direto entre a jornalista e o candidato, a postura de Renata se manteve firme ao não ceder o enquadramento que o candidato queria dar à questão, mudando o foco da pergunta objetiva que Renata havia feito em um primeiro momento. Durante a entrevista com Bolsonaro, é possível identificar como estratégia do candidato a tentativa de pessoalizar as perguntas e trazer questões da vida privada dos apresentadores para a bancada,

citando, por exemplo, o casamento de Bonner com Fátima Bernardes, o que ele chama de "pejotização" dos contratos da emissora, uma possível diferença salarial entre Bonner e Renata e um episódio de assalto à casa de William Bonner. A decisão da jornalista de rebater foi acertada do ponto de vista ético pois volta a mostrar ao entrevistado que o controle narrativo é dos jornalistas que são uma autoridade a ser respeitada naquele espaço e ocasião.

Figura 4 - Expressão facial de Renata ao responder Bolsonaro sobre diferença salarial.



Fonte: Jornal Nacional, 28 de agosto de 2018.

Na sequência da entrevista com Jair Bolsonaro, questionado também por Renata sobre homofobia, o candidato tenta tomar a narrativa e explica o que chama de “kit gay”. O entrevistado sobe o tom de voz, gritando em muitos momentos, ignora os apresentadores e dialoga diretamente com a câmera, pedindo para que os telespectadores tirem as crianças da sala. Ele puxa sobre a bancada um livro e faz menção de mostrá-lo para a câmera. Um plano aberto mostra todos sentados na bancada enquanto os jornalistas pedem para que o candidato baixe o livreto. Há um tom de “desconforto”, os jornalistas parecem “envergonhados” e “desconcertados” com a situação. Nenhum deles apresenta uma postura firme, embora Bonner tente avisar o candidato de que é proibido levar materiais impressos para a entrevista. A conduta dos jornalistas é inapropriada porque cede espaço para informações imprecisas por parte de Bolsonaro, que não são questionadas devido ao desconforto



causado com a situação inesperada provocada pelo candidato. Para escapar do assunto, os próprios jornalistas desistem da pergunta e se perdem na condução da entrevista. Bonner diz “Bom, vamos lá, Renata?”, que responde: “Vamos falar sobre...qual o tema de agora?”. Tentando retomar, enquanto folheia os papéis sob a bancada, Bonner diz: “É segurança pública. É, acho que é hora de entrar com esse tema. Está na hora”. O clima de tensão e nervosismo é visível, e os jornalistas, em uma situação embaraçosa, cederam espaço para que Bolsonaro fizesse o enquadramento do assunto, sem preocupação em esclarecer uma postura nitidamente homofóbica.

Figura 5 - Bonner e Renata tentam evitar que o candidato mostre material às câmeras.



Fonte: Jornal Nacional, 28 de agosto de 2018.

Já na entrevista com Fernando Haddad, a postura dos jornalistas é bem diferente do tratamento que Jair Bolsonaro e Ciro Gomes receberam. Toda entrevista é permeada por uma forte tensão, o que sugere que o candidato pode não ter a simpatia dos apresentadores. William Bonner, principalmente, aparece em todo momento com um tom “debochado” e “desconfiado”, acentuado pelo mau uso das perguntas e interrupções feitas ao candidato. Em diversos momentos, Bonner faz comentários “ácidos” em cima de falas de Fernando Haddad. Em um dado momento, ao falar que derrotou nas eleições para a prefeitura de São Paulo um

candidato do PSDB que já tinha se candidatado à presidente, Bonner comentou em tom “irônico”: “E perdeu na reeleição”.

Figura 6 - Bonner apresenta pouca paciência ao candidato.



Fonte: Jornal Nacional, 14 de setembro de 2018.

Outro momento que expõe a diferença na conduta ética dos apresentadores é um bate-boca entre os jornalistas e Haddad por conta do excesso de interrupções por parte dos apresentadores. Ao ser questionado por Bonner sobre uma denúncia feita ao Ministério Público sobre irregularidades de uma obra executada enquanto Haddad era prefeito de São Paulo, o candidato se defende, explicando que cancelou a obra por indícios de superfaturamento. Bonner, então, diz que outras obras foram entregues às mesmas empresas, mesmo depois de constatada irregularidades. Haddad explica que não foi ele como prefeito que contratou as empresas, e sim o secretário municipal de obras que realizou uma licitação pública. Haddad voltou a trazer dados para se defender das acusações de corrupção. Neste momento, há um breve silêncio e Renata tenta interromper o candidato, que insiste manter a fala. Depois de algumas tentativas, Renata diz: “Acho que o Bonner já está satisfeito com sua resposta”. Prontamente, Bonner responde: “Sim, estou satisfeito”. Haddad, então, levanta o tom de voz e argumenta: “Mas eu não estou satisfeito”. William retruca em um tom de “deboche”: “A entrevista tem que andar, candidato”. Haddad

responde: “Quando a minha honra está em jogo, eu que decido; quando é a sua, você decide”. Os jornalistas então deixam Haddad concluir sua resposta.

Figura 7 - Bonner e Renata batem boca com Fernando Haddad.



Fonte: Jornal Nacional, 14 de setembro de 2018.

Essa não foi a mesma postura que os jornalistas tiveram com Ciro Gomes e, especialmente, Jair Bolsonaro. Quando a pergunta carrega uma acusação, o candidato tem o direito de se defender, e se sua defesa é boa ou satisfatória, não necessariamente significa que o jornalista fez um trabalho ruim. Porém, se a conduta do jornalista ao se dar conta que cometeu um erro é silenciar a fala do candidato, há um grande desvio ético do que se espera da profissão.

Não é papel do jornalista favorecer algum candidato, mas direito do candidato apresentar dados, números e informações convincentes sobre uma acusação, assim como é dever do jornalista propiciar um espaço adequado para a defesa. O candidato responder de forma convincente uma questão elaborada pelo apresentador não significa o fracasso do jornalismo, e sim que o candidato estava preparado.

Uma passagem significativa foi o embate entre Bolsonaro e Bonner sobre a ditadura de 1964. Bonner definiu como um golpe militar duro que feriu gravemente a democracia no país. Bolsonaro diz que foi uma “atitude corajosa” e definiu como

“Revolução de 1964”. Parece que faltou a Bonner convicção ao advertir o candidato sobre a gravidade de sua fala: “Os historiadores sérios se referem a 1964 como um golpe militar. É... é assim que se trata nos livros, é assim que a história conta como os fatos se deram”. Bolsonaro respondeu: “Deixa os historiadores para lá, eu fico com Roberto Marinho, no que ele declarou no dia 7 de outubro de 1964, que eu vou repetir aqui”. Bonner, em tom envergonhado, diz: “Você vai repetir, candidato?”. Bolsonaro levanta seu tom de voz e grita: “Vou repetir sim!”, e começou a reproduzir o discurso do fundador do grupo Globo, que à época apoiou a ditadura militar. Enquanto Bolsonaro fala, os jornalistas não o interrompem. Há um silêncio embaraçoso, um sinal de que a situação saiu do controle e os apresentadores não sabem como retomar a autoridade na linha argumentativa. A pertinência e autoridade narrativa do jornalismo fica esvaziada: o telespectador está sem verificação e esclarecimento sobre os fatos. Bonner se limita a dizer que já havia sido publicado um editorial sobre o ocorrido, como se isso bastasse para explicar a decisão antidemocrática e anti jornalística da Rede Globo<sup>25</sup>.

---

<sup>25</sup> Ao fim da entrevista, o grupo Globo emitiu uma nota que foi lida por Bonner na mesma edição do Jornal Nacional. No comunicado, a empresa reiterou que o apoio de Roberto Marinho e do grupo Globo à ditadura militar havia sido um grande equívoco editorial, ocasionado por uma leitura errada de um momento histórico, e que outras empresas de comunicação haviam cometido o mesmo erro.

## 5 CONCLUSÃO

Esta monografia analisou três das cinco entrevistas realizadas pelo Jornal Nacional no período entre 27 de agosto e 14 de setembro. A análise de conteúdo buscou avaliar a quebra da conduta ética dos apresentadores durante as entrevistas com candidatos à Presidência da República em 2018. A partir da análise, foi possível identificar momentos em que os apresentadores não conduziram as entrevistas conforme o que se esperava a partir dos códigos deontológicos do jornalismo. Cinco categorias sustentaram essa análise: a) o tempo total de entrevista, b) o número de perguntas, c) as temáticas abordadas, d) o tempo de resposta de cada candidato, e) o número de interrupções feitas pelos apresentadores e, por fim, f) a postura, tom de voz e falas dos entrevistadores. As principais falhas identificadas foram a falta de objetividade, o abuso da autoridade, a falta de domínio de assuntos abordados e a diferença de tratamento entre os candidatos.

Se em alguns momentos, nas entrevistas de Ciro Gomes e Fernando Haddad, os jornalistas fizeram questão de exercer autoridade, perante Jair Bolsonaro a rigidez parece ser menor. Existe uma falha na conduta ética dos apresentadores quando em situações similares, há reações diferentes. Uma possível predileção fica em suspenso e coloca à prova a legitimidade dos jornalistas no momento de confrontar com fatos as informações inverídicas.

Além de fazer perguntas, o papel dos jornalistas é estar informado para apontar inconsistências e falhas na resposta dos candidatos. A falta de ação na correção de fatos inverídicos deixa a entender que, quando não dominaram o assunto ou ficaram desconfortáveis com a resposta, os jornalistas não rebateram e desistiram da questão: trocaram a temática e se apressaram em fazer outra pergunta para que o tema fosse rapidamente encerrado. Considero essa uma das mais graves falhas durante a condução das entrevistas: além de deixar informações suspensas, demonstra que os apresentadores abordaram situações de caráter acusatório e sem a preocupação com as consequências que informações pouco precisas poderiam gerar. Neste caso, lembro que as entrevistas têm como objetivo ajudar o telespectador a conhecer melhor os candidatos à Presidência da República. Essa quebra da ética tem consequências que precisariam de uma pesquisa

específica para mensurar, mas é possível inferir que uma parcela dos cidadãos tomou a decisão do voto baseando nessas entrevistas.

Em muitas respostas surgiram novos apontamentos com números e informações até então desconhecidos, mas a possível falta de conhecimento dos jornalistas, bem como a impossibilidade de conferir rapidamente as informações para contrapor os argumentos fizeram com que os apresentadores desistissem de prosseguir com suas indagações iniciais – e também não pode ser descartada a falta de interesse, seja por razões políticas, econômicas, pessoais ou empresariais.

É possível observar que os maiores desvios éticos aconteceram com relação à objetividade das perguntas, sendo a maioria elaborada em um formato extenso, com longas contextualizações, nem sempre fáceis de acompanhar<sup>26</sup>. Muitas traziam trechos de outras entrevistas ou declarações antigas dos candidatos, o que tomava muito tempo para explicações, sem uma clara linha de raciocínio. Essa falha acabou impactando diretamente no número de perguntas, na diversidade de temáticas e acarretou momentos de impasse entre jornalistas e candidatos, já que ao responder o questionamento, os políticos se concentraram também em se defender de algumas colocações. É importante lembrar que as entrevistas não são, e não devem parecer, com um debate eleitoral. Jornalista e candidato podem divergir, mas jamais o apresentador deve embarcar em bate-bocas e discussões acaloradas. Não é papel do jornalista erguer a voz a um candidato nervoso ou exaltado. Um dos pontos essenciais é lembrar que na bancada o apresentador tem a legitimidade para conduzir e representar o cidadão; é ele quem deve vigiar as regras de como a conversa irá acontecer e, caso algo ocorra de modo diferente do planejado, tem o dever de se manter fiel à instituição que representa, o jornalismo. Mesmo que William Bonner ocupe o lugar de mediador em um programa de debates, e de entrevistador no telejornal, ocupa dois lugares diferentes e com posturas diferentes.

---

<sup>26</sup> A ética não pode ser entendida apenas como um ritual estratégico (TUCHMAN, 1993) para dar “equilíbrio imparcial” às notícias, prática corrente nas redações. Como lembra Cornu (1998), a objetividade abrange diversos registros: epistemológico, psicológico, pragmático, ideológico e ético. E postula a necessidade de uma ética reflexiva dentro da objetividade “[...] visando legitimar, no confronto dos valores empregados, as práticas, normas e fins implicados na informação jornalística” (p. 102). Por isso é importante para essa pesquisa pensar a objetividade como uma ação ética. Para Cornu, a objetividade tem como efeito “[...] a dissimulação da responsabilidade dos jornalistas. À ética do respeito à norma opõe-se uma ética da justificação dos fins, oposição que consagra a dificuldade em tornar compatíveis uma ética do tipo deontológico, fundamentada em princípios participantes de uma aceção apriorística do bem, e uma ética teleológica, orientada a fins considerados bons. Na busca de objetividade em sua representação da realidade, os jornalistas livram-se da sua responsabilidade quanto às consequências de seu tratamento da notícia do dia” (CORNU, 1998, p. 101).



Nos debates, a postura tende a ser autoritária e reativa para conter possíveis excessos e desvios que surjam entre os candidatos. No telejornal, as finalidades (REGINATO, 2019, p. 221) vão além de investigar e informar, é muito importante que defendam o cidadão, que fiscalizem o poder e defendam a democracia e apresentem a pluralidade da sociedade, ajudando o público a entender o mundo contemporâneo.

Uma solução possível seria fazer perguntas objetivas, calcadas naquilo que a própria técnica da entrevista propõe: diretas, claras, sucintas, trazendo um assunto por pergunta, dividindo em mais de uma pergunta se a formulação ficar muito extensa. Essa seria uma oportunidade de buscar respostas também mais diretas, já que a pergunta não deixaria pontos de fuga, da qual o sujeito político não pudesse fugir – e se não respondesse, o público perceberia, já que para uma pergunta clara e direta se espera uma resposta clara e direta. Essa postura ligada aos valores do jornalismo evitaria ou minimizaria muitos dos desvios éticos analisados durante esta monografia.

No geral, há uma sintonia entre William Bonner e Renata Vasconcellos, que não se “atropelam” e se mostram seguros com o lugar que dividem e ocupam na bancada. Não existe momento de tensão ou desconforto entre os dois apresentadores, o que pode ser considerado um ponto positivo, afinal, conduzir em dupla uma entrevista pode acabar sendo difícil na organização da pauta. Por outro lado, quando houve falha em um dos lados, o outro pouco fez para proteger as ideias de relevância e bem público. O fato de dois jornalistas estarem na bancada significa que quando um falha, o outro deve estar atento para recuperar a condução da entrevista e se investir da autoridade do jornalismo como defensor do bem público, tanto para reforçar uma pergunta, insistir em um questionamento ou acalmar os ânimos. O que se verificou durante a análise é que, quando um dos jornalistas era confrontado pelo candidato, o outro fazia o movimento de introduzir uma nova pergunta, tentando desviar a atenção do candidato e do telespectador. Jornalistas não podem desistir de uma questão quando isso fere a sociedade, tem uma base infundada ou propaga mentiras.

Ficou claro durante a análise que ambos os jornalistas possuíam um material de apoio muito rico e repleto de perguntas e temáticas que poderiam ser abordadas durante a entrevista. Uma hipótese possível, examinando-se toda a história pregressa da Rede Globo no apoio à Ditadura de 1964, à eleição de Collor,

a postura no impeachment de Dilma Rousseff (2016) e a adesão à Lava Jato, é a de que o fato dos apresentadores, em alguns momentos, ficarem muito presos à pauta previamente estabelecida e ao que estava escrito, não era uma opção totalmente deles. Havia uma agenda a ser cumprida pela empresa e pelos apresentadores dessa empresa, mesmo que ferisse a ética do jornalismo.

Faltou cumprir com a decisão editorial de abordar pontos dos programas de governo dos candidatos. As perguntas estavam muito mergulhadas no passado e abordavam pouco para o que se precisava saber sobre o futuro do país. É claro que é importante trazer o histórico dos candidatos, mas, muitas vezes, as perguntas focaram mais nas “más-companhias”, como no caso de Ciro Gomes e Fernando Haddad, que foram questionados sobre relações pessoais com investigados em processos de corrupção – que muitos, como se comprovou, foram absolvidos. É o caso da entrevista de Ciro Gomes, em que Bonner se referiu ao presidente do PDT, Carlos Lupi, como réu em um processo de corrupção, e matérias de *fact-checking* e tira-teima debateram sobre quem teria razão. No jornal Estado de Minas, por exemplo, uma matéria sob o título “Ciro x Bonner: Carlos Lupi é réu ou não?” (CIRO, 2018, web) mostra como o confronto direto entre o jornalista e o candidato deixou o telespectador em dúvida. A matéria concluiu que Lupi não era réu.

Já para Fernando Haddad, os questionamentos sobre os ex-presidentes Lula e Dilma Rousseff soaram como um decreto de que o PT estava contaminado para sempre com casos de corrupção, apagando a existência de recursos ainda em andamento e processos não julgados<sup>27</sup>.

Em muitos casos, quando questionados sobre a veracidade de uma afirmação feita durante a formulação de uma pergunta ao candidato, os jornalistas respondiam: “Todas as informações foram checadas”. Checadas por quem? Utilizando que método? Em que contexto? Faltou, primeiramente, transparência com os candidatos. Essa afirmação dos apresentadores de que tudo havia sido checado não é e nem deve ser uma informação vazia para servir como um simples refutador de questionamentos.

---

<sup>27</sup> Em 2021, o Plenário do Supremo Tribunal Federal formou maioria para manter a decisão da 2ª Turma da Corte que declarou a suspeição do ex-juiz Sergio Moro para julgar Lula. Com isso, Lula deixou de ser mais condenado, mas virou réu em primeira instância, tendo seus direitos políticos preservados.



É importante também pensar no telespectador sobre o significado dessa frase. É comum que, imbuídos em seus afazeres e imersos na rotina jornalística, a frase “Todas as informações foram checadas” faça muito sentido para jornalistas, repórteres e comunicadores. Mas para o público em geral, esta afirmação pode ser pouco esclarecedora e bastante autoritária. O que o jornalista diz é lei e não pode ser questionado?

Sabemos que incluir o público em um processo transparente que elucida as atividades jornalísticas fortalece o campo e acrescenta camadas de complexidade que deixaram de fazer sentido para muitos cidadãos. Se o público for induzido a pensar que os afazeres de Bonner e Renata como apresentadores incluem apenas sentar na bancada e ler um texto pronto, os jornalistas perdem a credibilidade e o jornalismo parece menos complexo e mais aberto a conspirações. Quando o público recebe informação para entender que parte do trabalho dos apresentadores é analisar entrevistas antigas, ter contato com os planos de governo de cada candidato, checar informações obtidas com outras fontes, conversar com especialistas sobre a complexidade da proposta X ou Y, debater com outros colegas o que pode ser relevante ou não abordar e, por fim, após uma inspeção cuidadosa de todo esse material, formular algumas das perguntas que serão diretamente feitas aos candidatos, o jornalismo ganha na relação com o público. Se o jornalismo não se prontificar em explicar a complexidade de sua práxis ao público, ninguém irá. Em muitos momentos, a afirmação foi feita até com certa arrogância. Seria importante que o Jornal Nacional dedicasse um tempo para deixar claro ao telespectador quem faz e como faz a preparação das sabatinas. Um espaço poderia ser reservado no site da Globo, por exemplo, para disponibilizar após as entrevistas o material que foi utilizado para construir a argumentação de uma pergunta. Essa prática fortalece o jornalismo como instituição transparente e mantém a autoridade dos apresentadores, mesmo fora da bancada.

## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, A. De. **Política Partidária e Política Midiática: Substituição.**, p. 1–24, 2005. Disponível em: <http://pesquisadores.uff.br/academic-production/pol%C3%ADtica-partid%C3%A1ria-e-pol%C3%ADtica-midi%C3%A1tica-substitui%C3%A7%C3%A3o-ou-coexist%C3%Aancia>. Acesso em: 16 set. 2021.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo.** Lisboa: Edições 70, 1977.

BAUER, M. W. Análise de conteúdo clássica: uma revisão. *In*: BAUER, M. W.; GASKELL, G. (org.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático.** Tradução de Pedrinho A. Guareschi. 3.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2004.

BONNER, W. **Jornal Nacional: modo de fazer.** Rio de Janeiro: Editora Globo, 2009.

BOURDIEU, P. **Sobre a televisão.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

BOYCE, G. The Fourth Estate: The Reappraisal of a Concept. *In*: BOYCE, G.; CURRAN, J.; WINGATE, P. (eds.). **Newspaper History: From the Seventeenth Century to the Present Day.** London: Constable and Beverly Hills, 1978.

BUCCI, E. **Sobre Ética e Imprensa.** São Paulo: Cia da Letras, 2000.

CARVALHO, F. C. de. Mídia e eleições: as entrevistas do Jornal Nacional aos candidatos à presidência do Brasil em 2014. **Aurora: revista de arte, mídia e política, São Paulo**, v.7, n.21, p. 7-25, out.2014-jan.2015.

CHARAUDEAU, P. Informação, emoção e imaginários a propósito do 11 de setembro de 2001. *In*: DAYAN, D. (org.). **O terror espetáculo: terrorismo e televisão.** Lisboa: Edições70, 2009.

CHAVES, D. G. O “povo” e as disfunções míticas da representatividade política no Brasil. **Meritum**, v. 11, n. 1, p. 53–82, 2016.

**CÓDIGO, de Ética dos Jornalistas Brasileiros.** Federação Nacional dos Jornalistas Brasileiros. Quarta Versão. Vitória – ES: 1985. Disponível em: [https://www.fenaj.org.br/wpcontent/uploads/2014/06/04codigo\\_de\\_etica\\_dos\\_jornalistas\\_brasileiros.pdf](https://www.fenaj.org.br/wpcontent/uploads/2014/06/04codigo_de_etica_dos_jornalistas_brasileiros.pdf). Acesso em: 12 ago. 2021.

COOK, T. E. **Governing with the news: the news media as a political institution.** Chicago/London: The University of Chicago Press, 2005.

CORNU, D. **Jornalismo e Verdade: para uma ética da informação.** Lisboa: Instituto Piaget, 1994.

CORNU, D. . **Ética da informação.** Bauru: EDUSC, 1998.

DATAFOLHA. Pesquisa Datafolha. **Estadão**, 2018. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/eleicoes/2018/pesquisas-eleitorais/primeiro-turno/presidente/datafolha>. Acesso em: 14 ago. 2021.

GOMES, W. **Transformações da Política na Era da Comunicação de Massa**. São Paulo, SP. Ed. Paulus, 2004.

GOMES, W. Entrevistas com candidatos a presidente transmitidas “ao vivo” em telejornais: o modelo teórico-metodológico da mediação jornalística. **ComPolítica**, v. 2, p. 6–26, 2012.

IBGE. PNAD Contínua TIC 2019: internet chega a 82,7% dos domicílios do país. **Agência de notícias, IBGE**. (2019). Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/30521-pnad-continua-tic-2019-internet-chega-a-82-7-dos-domicilios-do-pais#:~:text=Em%202019%2C%2030%2C4%25,%2C9%25%20em%20%C3%A1rea%20rural>. Acesso em: 25 set. 2021.

LIMA, V. A. de. Os mídia e o cenário de representação da política. **Comunicação&Política**, Nova Série, v.1 n.1, 1994.

LORENCI, T. W. L. de; SOUZA, A. P. de. Crise De Representatividade Política No Brasil. **Iusgentium**, v. 9, p. 1–16, 2014.

MELO, J. M. de. Conhecer-produzir-transformar: paradigmas da Escola Latinoamericana de Comunicação. IN: Comunicação & Sociedade, nº 36, ano 23, 2º semestre. São Paulo: Umesp, 2001.

MIGUEL, L. F.; BIROLI, F. Meios De Comunicação De Massa E Eleições No Brasil: a Influência Simples À Interação Complexa. **Revista USP**, v. 0, n. 90, p. 74, 2011.

MILLER, T. A televisão acabou, a Televisão virou coisa do passado, a Televisão já era. In: FREIRE FILHO, João. **A TV em transição: tendências de programação no Brasil e no mundo**. Porto Alegre: Sulina, 2009.

MORETZSOHN, S. "Profissionalismo" e "objetividade": o jornalismo na contramão da política. In: ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS, XI, 2002, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos...** Disponível em: <[http://www.compos.org.br/data/biblioteca\\_1434.pdf](http://www.compos.org.br/data/biblioteca_1434.pdf)> Acesso em: 20 ago. 2021.

OLIVEIRA FILHO, J. T. S. A inversão dos papéis na bancada do Jornal Nacional pela perspectiva da performance : o caso das entrevistas com presidencialistas. **Revista Eptic**, v. 21, n. 2, p. 50–66, 2019.

OROZCO, G.; MILLER, T. A televisão além de si mesma na América Latina. **MATRIZES**, v. 12, n. 3, p. 59–75, 2018.

PADIGLIONE, C. Audiência de telejornalismo explode durante crise do novo coronavírus. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 19 mar. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2020/03/audiencia-de-telejornalismo-explode-durante-crise-do-novo-coronavirus.shtml>. Acesso em 15 0set. 2021.

RUIVO, M. **Repensar a televisão: uma visão positiva sobre o papel da televisão como elo social, veículo de cultura e espaço de lazer**. 2004. Disponível em: <http://www.labcom.ubi.pt/files/agoranet/04/ruivo-miguel-repensar-a-televisao.pdf>.

Acesso em: 21 ago. 2021.

SANDEL, M. **Justiça**: O que é fazer a coisa certa. 22ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização, 2016.

SARTORI, G. **Homo videns**: televisão e pós-pensamento. Bauru, Edusc, 2001.

SCHUDSON, M. The Profession of Journalism in the United States. In: HACTH, N. (org). **The Professions in American History**. South Bend, Indiana: University of Notre Dame Press, 1983.

SILVA, F. M. da. Entrevista no telejornalismo: configurações históricas da vigilância em programas de entrevista. **RuMoRes**, v. 7, n. 14, p. 62-79, 2013

SOARES, M. C. O papel do jornalismo na política democrática. *In*: 32º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 2008, Minas Gerais. **Anais...** [...]. Minas Gerais: Finep, 2008. p. 1–19.

SODRÉ, M. **As estratégias sensíveis**: afeto, mídia e política. Petrópolis: Vozes, 2006.

TRAQUINA, N. **Teorias do Jornalismo**. Volume 2. Florianópolis: Insular, 2004.

TRAQUINA, N. **Teorias do Jornalismo, porque as notícias são como são**. v.1. Florianópolis: Insular. 2012

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Dispõe sobre propaganda eleitoral, utilização e geração do horário gratuito e condutas ilícitas em campanha eleitoral nas eleições**. Resolução nº 23.551, de 18 de dez de 2017. Brasília. Disponível em:< <https://www.tse.jus.br/legislacao/compilada/res/2017/resolucao-no-23-551-de-18-de-dezembro-de-2017>>. Acesso em: 28 set. 2021.

TUCHMAN, G. A objectividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objetividade dos jornalistas. *In*: TRAQUINA, N. **Jornalismo**: questões, teorias e estórias. Lisboa, Vega, 1993.

WOLTON, D. **É preciso salvar a comunicação**. Tradução de Vanise Pereira Dresch. 1. ed. São Paulo: Paulus, 2006.

WOLTON, D. **Informar não é comunicar**. Porto Alegre: Sulina, 2010.

WOLTON, D. Dominique Wolton, sociólogo: ‘Quando todos falam, ninguém fala’. **Datafolha**, 20 set. 2014, Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/conte-algo-que-nao-sei/dominique-wolton-sociologoquando-todos-falam-ninguem-fala-13994845>. Acesso em: 12 set. 2021.

**Os videos podem ser encontrados em:**

<https://globoplay.globo.com/v/6980200/>

<https://globoplay.globo.com/v/6977229/>

<https://globoplay.globo.com/v/7019914>